



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO  
PARANAÍBA  
ATA NA ÍNTEGRA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG  
Data: 13 de junho de 2014 às 09h00min

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 111ª (centésima décima primeira) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sra. (senhora) Marina Sardinha Machado, 1ª (primeira) Suplente da Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas Gerais; Sr. (senhor) José Roberto Silva, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Rafael Augusto Fiorine, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. Patrícia Metz Peixoto, Titular da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Sr. Sub-tenente Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Mendes, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada (PMU); Sr. Leocarlos Marques Mundim, 1º (primeiro) Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º (primeiro) Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Márcio Adriano Bochio, 1º (primeiro) Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Ítalo Adolfo Terra, 2º (segundo) Suplente do Instituto Academia de Desenvolvimento Social; Sr. Francisco de Castro Valente Neto, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sra. Ana Lúcia Britto da Cruz, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). MARINA (PRESIDENTE): Bom dia a todos, vamos dar início à Pauta da 111ª (centésima décima primeira) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); 13 (treze) de junho de 2014 (dois mil e quatorze), às 09h20min (nove horas e vinte minutos), da manhã. Vamos à Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior.** Item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Não identificado.** Bom dia a todos, bom dia Conselheiros; eu gostaria só de ressaltar aqui para os



presentes que está sendo anunciado um curso de CAR (Cadastro Ambiental Rural), só que esse curso, ele não está sendo realizado pela FIEMG, certo? Nós emprestamos o Auditório para a pessoa fazer esse curso e infelizmente ela está usando o nome da FIEMG para divulgar o curso dela. Nós já tomamos as medidas necessárias cabíveis. Bom dia a todos, CARLOS VALERA (PGJ): Eu queria só solicitar esse espaço, senhora Presidente, para que os servidores da SUPRAM pudessem se manifestassem e fizessem a leitura, salvo engano, de um Memorando. ELIETE (SUPRAM): Representando os servidores que assinam este Memorando, para leitura deste. *“Memorando 173/2014, Uberlândia, 13 de junho de 2014, para Coordenação do NIL Regional; Superintendente da SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; Chefe Regional do IEF Minas Gerais. Dos Servidores da Unidade Regional Descentralizada do SISEMA Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Referência: Descredenciamento dos Servidores do SISEMA Regional Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para condução dos veículos oficiais. Prezados Senhores: Considerando em Assembléia Geral Extraordinária dos Servidores da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, realizada em 26/05/2014, ficou entendido que os servidores Analistas, Gestores e Técnicos Ambientais não detêm competências legais para dirigir os veículos oficiais do Estado, considerando que as carreiras de Meio Ambiente foram instituídas pela Lei 15.461 de 13/01/2005, assim: Artigo 1º Ficam instituídas, na forma da Lei, as seguintes carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo. I – Gestor Ambiental; II – Analista Ambiental; III – Técnico Ambiental; IV – Auxiliar Ambiental. As carreiras de Meio Ambiente foram entendidas como carreiras típicas de Estado, conforme disposição contida em seu Artigo 4º, parágrafo 2º e todas as carreiras possuem a competência para o exercício do poder de polícia ou condução de veículos oficiais, desde que manifestem este interesse. Artigo 4º As atribuições gerais dos cargos das carreiras instituídas por esta Lei são as constantes no Anexo II, parágrafo 1º - as específicas dos cargos das carreiras instituídas por esta Lei serão definidas em regulamento; parágrafo 2º - as atribuições dos cargos das carreiras de Técnico Ambiental, Analista Ambiental e Gestor Ambiental, tem natureza de atividade exclusiva de Estado. Possuem como Atribuições Gerais os Cargos das Carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável as seguintes: II.1 - SEMAD, IEF, IGAM E FEAM. II.1.1 - Auxiliar Ambiental: desenvolvimento das atividades técnicas e logísticas, de nível básico, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos e das entidades em que são lotados os cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em especial: a) prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades dos Gestores, Analistas e Técnicos Ambientais; b) execução de processos voltados para as áreas de conservação, pesquisa, proteção, defesa ambiental e dos recursos hídricos. II.1.2 - Técnico Ambiental: desempenho das atividades técnicas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos e das entidades em que são lotados os cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em especial: a) prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades do Gestor e do Analista Ambiental, bem como a execução de atividades de fiscalização, sob a coordenação do Analista Ambiental; b) execução de atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas; c) orientação e controle de processos voltados para as áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental e dos recursos hídricos. II.2 - IEF, IGAM E FEAM. II.2.1 - Analista Ambiental: desenvolvimento das atividades técnicas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos e das entidades em que são lotados os cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e*



Desenvolvimento Sustentável, em especial as que se relacionem com: a) regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental; b) monitoramento ambiental; c) gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; d) ordenamento dos recursos naturais; e) conservação dos ecossistemas, da flora e da fauna, incluindo a administração das Unidades de Conservação; f) manejo florestal e silvicultura; g) estímulo e difusão de tecnologia, informação e educação ambientais. II.3 – SEMAD II.3.1 - Gestor Ambiental: desempenho das atividades técnicas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo da SEMAD, especialmente: a) formulação das políticas estaduais do meio ambiente afetas a: 1 - regulação, gestão e ordenamento do uso e do acesso aos recursos ambientais; 2 - melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; 3 - integração da gestão ambiental; 4 - gestão de recursos hídricos; 5 - conservação da biodiversidade e do desenvolvimento florestal; b) estudos e propostas de instrumentos estratégicos para a implementação das políticas estaduais de Meio Ambiente e para seu acompanhamento, avaliação e controle, bem como o desenvolvimento de estratégias e proposição de soluções para integração de políticas ambientais e setoriais, com base nos princípios e nas diretrizes do desenvolvimento sustentável. Considerando tratar-se de atribuição específica do cargo de “Auxiliar Ambiental” conduzir veículos oficiais, segundo o disposto no Anexo I, a que se refere o parágrafo 1º do Decreto nº 44.533/2007, o qual fixa as atribuições específicas dos cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo, conforme transcrição abaixo: Artigo 1º As atribuições específicas dos cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo, de que trata o parágrafo 1º do Artigo 4º da Lei nº 15.461, de 13 de janeiro de 2005, estão definidas neste Decreto. Anexo I - ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS AUXILIAR AMBIENTAL: 6. Conduzir veículos, mantê-los em condições de conservação e funcionamento, providenciando consertos, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças, bem como zelar pela segurança das pessoas e materiais conduzidos durante o transporte; Considerando que os veículos disponibilizados para as atividades desta unidade do SISEMA Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não possuem seguro, exceto o seguro obrigatório DPVAT; Considerando que o SISEMA não mais oferece seguro de vida e de acidentes pessoais para os funcionários em serviço; Considerando as péssimas condições dos veículos disponíveis para o desempenho de nossas funções e ainda que muitos desses veículos já ultrapassaram o seu valor venal com despesas mecânicas; Considerando os casos em que os servidores foram obrigados a arcar com custos de reparação de veículos oficiais acidentados no cumprimento das atividades funcionais; Considerando não haver qualquer benefício para os funcionários que, mesmo sem a atribuição de motorista, conduzem os veículos oficiais em trabalho em inegável desvio de função; os Servidores do SISEMA REGIONAL TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA que abaixo assinam, solicitam o descredenciamento junto ao setor de transporte para condução e abastecimento de veículos oficiais e informam que a partir da presente data não conduzirão tais veículos. Servidores: Anderson Mendonça Sena; Ricardo Rosamília Bello; Eliete Souza Vilarinho; Amilton Alves Filho; Adriania de Fátima Teixeira; Dayane Aparecida Pereira de Paula; Francely Aparecida Moreno de Tílio; Mariceia Barbosa Silva Pádua; Leonardo M. Ogusiken; Luiz Rodrigues Martins; Alexssandre Pinto de Carvalho; Carlos Frederico Guimarães; Rubens Tomé Ferreira; Ana Luiza Moreira Costa; Carlos Luiz Mamede; Markandreu A. P. Andrada Silva e Paulo Eduardo Borges. Os servidores do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Finda-se o Memorando”. MARINA (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? Vamos ao Item 4. Exame da Ata da 110ª RO de 09/05/2014. Em discussão. Coloco em votação a Ata da 110ª RO de 09/05/2014. Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais abstenções se manifestem. Aprovada. Item 5.





**Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Instalação:** 5.1 Vale Fertilizantes S/A - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM; barragem de contenção de rejeito/resíduos; pilha de rejeito/estéril; Minerodutos; terminal de minério e outras - Patrocínio e Cruzeiro da Fortaleza/MG - PA/Nº 17414/2007/002/2008 DNPM 807.503/1969 - Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Antônio Geraldo de Oliveira representante da CERVIVO, Elaine Cristina Ribeiro Lima representante da FAEMG e Thiago Alves de Nascimento representante da FIEMG. Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Não precisa porque tem retorno de vistas. Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 6.1 Arley Oliveira da Silva e Outros / Fazenda Furnas Lugar Denominado Posses e Indaiá - Avicultura de corte e reprodução, cafeicultura e culturas anuais excluindo a olericultura - Indianópolis/MG - PA/Nº 16871/2012/002/2013 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Item 7. **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva:** 7.1 Geociclo Biotecnologia S/A - Compostagem de resíduos industriais e formulação de adubos e fertilizantes - Uberlândia/MG - 09420/2012/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM. Item 8. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação:** 8.1 Agroindustrial Santa Juliana S/A - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião - Santa Juliana/MG - 12358/2010/003/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Item 9. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:** 9.1 Minas Mais Alimentos Ltda. - Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados - Patos de Minas/MG - PA/Nº 14700/2013/001/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM e Destaque Ministério Público. Item 10. **Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Instalação:** 10.1 PCH Dourados Usina Ltda. - Barragem de geração de energia-hidrelétrica - Abadia dos Dourados/MG - PA/Nº 06579/2007/001/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Frei Rodrigo AMEDI. Bom, então eu vou colocar em votação os itens 6.1 e 8.1, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Itens aprovados. Então, coloco em votação, com retorno de vistas, o item 5.1. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu quero aqui declarar meu impedimento de estar discutindo aqui e vou passar para o Frei, pelo motivo que a minha Entidade tem um Contrato com a empresa e a gente vai declarar impedido aqui e o Frei vai assumir o nosso parecer, está bom? FREI RODRIGO (AMEDI): Os companheiros Conselheiros e companheiras receberam o Parecer da CERVIVO, eu estive 02 (duas) vezes presente na Comunidade a pedido da própria CERVIVO, mas também por interesse nosso e fizemos algumas visitas e reuniões. O Parecer, ele resulta de forma clara e confirma o que o próprio parecer da SUPRAM já nos constatou que, algumas Condicionantes não foram cumpridas. Nesse sentido, a primeira impressão que nós tivemos é que a Comunidade se encontra numa situação de dificuldade, devido ao longo tempo em que essa questão vem sendo discutida. Se nós pegarmos esse processo desde a LP e a LI, nós estamos aí por volta de uns 06 (seis) anos em que essa Comunidade está envolvida nesse tipo de discussão. Se trata, como diz tanto a documentação da VALE como a documentação da SUPRAM, de uma Comunidade cujo empreendimento é de agricultura familiar, é plenamente integrada com o sistema, seja produtivo como com o ecossistema. Vocês sabem muito bem que a agricultura familiar tem uma necessidade de uma convivência muito grande com o Meio Ambiente, para que você possa produzir de uma forma barata e que possa sustentar as famílias. Ali, eles têm o plantio de algumas lavouras



197 temporárias, algumas propriedades têm o plantio de café, gado leiteiro e concorrem também  
198 entre eles, além do grau de parentesco, sejam aqueles atingidos direta ou indiretamente com a  
199 colaboração em mutirão, na economia, no trabalho. Eu gostaria de fazer algumas perguntas  
200 para esclarecimento junto à SUPRAM. Em relação ao Cadastro, os atingidos que foram  
201 cadastrados, pelo que nós podemos notar, não constam as famílias indiretamente atingidas,  
202 trabalhadores. Não só nos admira o fato negativamente de que, nós temos que pensar a  
203 questão não só na sua perspectiva pecuniária e econômica, mas também na perspectiva dos  
204 laços que existem já há décadas entre essas famílias. Nós temos pessoas de 88 (oitenta e oito),  
205 70 (setenta) e tantos anos de idade que vivem naquela região. Então, eu gostaria que primeiro  
206 esclarecessem essa primeira dúvida. AMILTON (SUPRAM): Conselheiro, quando você  
207 refere a Cadastro é o CAR (Cadastro Ambiental Rural)? FREI RODRIGO (AMEDI): Não.  
208 AMILTON (SUPRAM): Qual Cadastro? FREI RODRIGO (AMEDI): É do plano sócio-  
209 econômico. AMILTON (SUPRAM): O que eu tenho para dizer para você Conselheiro é o  
210 seguinte, o pedido em questão é uma prorrogação; nós não estamos aqui discutindo uma  
211 Licença de Instalação, nós estamos discutindo uma prorrogação de prazo de Licenciamento  
212 Ambiental. A Licença inicialmente de Instalação aprovada, ela previa um prazo de 04 (quatro)  
213 anos. Conforme CONAMA 237 de 1997, a Licença de Instalação pode ter um prazo de até 06  
214 (seis) anos, há uma justificativa compreensível apresentada por parte da empresa, de não ter  
215 conseguido instalar essa obra dentro do prazo de 04 (quatro) anos. Então, nós não  
216 visualizamos descumprimento de Condicionante, quando você se refere aos Itens 11, 12 e 13;  
217 colocou 02 (dois) anos, mas há uma justificativa, se trata de um processo de negociação junto  
218 à Comunidade. Então, entendemos que não houve descumprimento. Entendemos que está em  
219 conformidade com a Resolução CONAMA, ou seja, é possível sim uma prorrogação do prazo  
220 por mais 02 (dois) anos. Lembrando que o processo de Licença de Instalação, ele consta com  
221 mais de 5.800 (cinco mil e oitocentas) páginas e foram aqui analisadas, por técnicos; por mais  
222 de 14 (quatorze) técnicos aqui da SUPRAM ao longo de vários meses. Inclusive, alguns com  
223 formação específica, como Engenheiro de Minas, que hoje é servidor do Departamento  
224 Nacional de Produção Mineral. Então, não vejo nenhum problema em relação à prorrogação  
225 do prazo e também aqui não estamos abrindo para discutir a Licença de Operação, estamos  
226 discutindo uma Prorrogação de Prazo de Licenciamento Ambiental. FREI RODRIGO  
227 (AMEDI): A minha pergunta foi específica, o juízo e o julgamento da SUPRAM em relação  
228 ao processo nós já sabemos, é pelo Deferimento. Mas minha pergunta foi específica e eu  
229 gostaria de ser respondido, porque na medida em que eu abro a discussão para a prorrogação,  
230 eu tenho o direito de questionar e inclusive de abrir para propostas de novas Condicionantes, a  
231 partir da prorrogação. Aqui se trata de famílias que estão se sentindo em situação muito  
232 difícil, durante anos e tenha uma compreensão mínima do que está acontecendo. Então, eu  
233 gostaria do detalhamento. AMILTON (SUPRAM): Conselheiro, gostaria que o senhor  
234 direcionasse as perguntas para a empresa e que ela se manifestasse, e se o senhor tiver alguma  
235 proposta que o senhor apresente essa proposta. Nós estamos tentando tratar aqui da forma  
236 mais imparcial possível. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu, para apresentar a minha proposta,  
237 eu gostaria de saber primeiro de dirimir algumas dúvidas. MARINA (PRESIDENTE): Eu  
238 peço ao empreendedor também que venha para responder o questionamento. Bom dia,  
239 CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Nós fizemos um Cadastramento de todas as  
240 propriedades ao longo da cerca do Empreendimento. Foram mapeados não só os proprietários,  
241 mas como os moradores da propriedade, sejam eles trabalhadores rurais ou parentes que  
242 tivessem habitando a área naquele momento. Em relação à vizinhança, a gente não fez um  
243 Cadastramento, nós fizemos um trabalho lá com o Centro Comunitário do Morro Alto, onde  
244 são previstos alguns programas para atendimento da vizinhança, isso tudo tem dentro do  
245 processo de licenciamento. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de citar um exemplo que



nós presenciamos. Por exemplo, existe um dos proprietários na área interna da cerca como a senhorita mesmo disse que seria o atingido; a mãe dele tem uma propriedade ao lado, tem 88 (oitenta e oito) anos de idade, ele vai ser deslocado da área e ela vai ficar totalmente isolada dessas relações, tanto econômicas de colaboração como dos laços afetivos. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Ok. Eu não vou expor o nome das pessoas aqui. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu não vou expor o nome de ninguém. MARINA (PRESIDENTE): Só um momento. A gente só pede para identificar toda vez que usar o microfone, identificar por causa da gravação. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Esse caso é o seguinte, na época que a gente fez o Cadastramento, em 2011, são 02 (dois) irmãos que moram lá, a gente Ata de Reunião que comprova isso, nós buscamos também fazer a permuta, se eles tinham a intenção de ceder a outra propriedade e colocar essa propriedade no processo de negociação, mas na época a família não concordou. Então, por isso que ela está ficando e eles estão saindo. Agora sim, isso foi aberto, teve outras propriedades que a gente fez compra casada para evitar esse tipo de situação, mas fica a critério da família. A gente não pode obrigar a família desocupar uma propriedade que não é atingida pelo empreendimento. FREI RODRIGO (AMEDI): Nós consideramos que indiretamente essas famílias são atingidas sim pelo Empreendimento, como também constatamos alguns trabalhadores que até o momento não tiveram nenhuma solução para suas situações. Inclusive, quando procuraram a VALE, eles alegam que a VALE teria dito a eles que eles entrariam num programa de geração de renda e etc, e que eles poderiam circular então nas outras propriedades para onde elas fossem deslocadas, mas isso significa que esses atingidos, eles vão passar por um processo de deslocamento que eles não possuíam anteriormente e existem em outras URC's e em outros casos como estes, onde esses trabalhadores também foram contemplados com terra. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Todos os trabalhadores que estão nas propriedades, que estão sendo deslocadas em processo de negociação tem a opção de ir junto com o proprietário atual, se o proprietário atual não quiser levá-lo, ele tem direito ao Auxílio Aluguel e participação no Programa de Geração e Renda para reintrodução no mercado de trabalho. Isso aí está registrado ao longo dos nossos relatórios de Condicionantes. FREI RODRIGO (AMEDI): Nós consideramos como ocorreu na Capim Branco e outros Empreendimentos, que esses trabalhadores também entrem nas negociações fundiárias. Uma outra questão que nos chamou atenção é em relação à negociação em si, eu gostaria também de uma explicação. Um grande clamor que nós sentimos das Comunidades é que houve uma primeira negociação, onde se optou, são 03 (três) modalidades não é isso? CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): São 03 (três) opções de atendimento, a primeira delas é o Reassentamento, onde há reposição integral das benfeitorias e dos plantios. Esse processo foi conduzido ao longo de 2012 (dois mil e doze), todas as famílias tiveram oportunidade de aderir ao programa e somente 10 (dez) proprietários aderiram a essa modalidade. Nós demos continuidade ao processo de negociação com a Indenização Assistida, que prevê a permuta de propriedades com características semelhantes, são 20 (vinte) propriedades, nós não identificamos tantas propriedade semelhantes, nós avaliamos mais de 100 (cem) propriedades ao longo do Município de Patrocínio e Região, e a gente não conseguiu identificar propriedades, nem nós e nem os próprios proprietários, que atendesse ou ao critério de produtividade ou ao critério financeiro. Essas propriedades, a gente está em negociação, ofertando 05 (cinco) propriedades, onde será reposto as benfeitorias em utilização e terá os mesmos perfis produtivos que eles têm hoje. Porque dentro do nosso programa a gente tem o pagamento do lucro cessante e um compromisso de restabelecimento da mesma produtividade que eles têm hoje. Ok? FREI RODRIGO (AMEDI): O que nós escutamos, depois eu vou passar para vocês, nós temos toda essa reunião gravada. O que nós escutamos é que as 05 (cinco) áreas são insuficientes para as famílias; algumas famílias consideram que as áreas são inferiores, eles estão numa região





onde tem o Córrego e 17 (dezessete) nascentes; algumas dessas áreas, segundo eles, a água viria para o poço artesiano e por outro lado eles estão encontrando dificuldade de localizar outras áreas que a eles foram também colocadas essas possibilidades. Isso foi o que nós constatamos e eles também reclamam que o critério do reassentamento seria a cada 01 (um) hectare 03 (três) hectares, pelas áreas que foram colocadas e pela forma de oferta estaria variando para eles entre 1,05 e 1,25 hectares para cada hectares que eles tem. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Bom, o critério de negociação, ele é elaborado com base na avaliação agrônômica de cada uma das propriedades que estão em permuta. No reassentamento era uma propriedade mais distante do centro de Patrocínio, com características peculiares que levou a esse fator de 03 (três) para 01 (um). A gente tem os laudos agrônômicos elaborados por profissional habilitado e a gente tem disponibilidade de mostrar para vocês, mas todas as nossas propostas garantem no mínimo a equivalência produtiva que eles tem hoje. Ok? FREI RODRIGO (AMEDI): Ok. Eu gostaria também de frisar o fato de que a Comunidade se encontra, apesar de; e isso nós constatamos, que existe um acompanhamento da VALE em todo o processo, a Comunidade encontra-se desassistida a partir de sua perspectiva, porque nós temos que entender o seguinte; no processo de negociação a VALE tem um interesse, que é a realização de seu empreendimento, não é isso? Então, o mesmo processo de avaliação psicossocial ele é questionável, a gente acha que ele em um certo aspecto estaria ferindo um pouco o Código de Ética do Psicólogo, uma vez que nós entendemos que os artigos 9º (nono) e 16 (dezesesseis) do Código, tem que se respeitar o sigilo profissional, a confidencialidade, garantir o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, garantir o acesso das pessoas, grupos ou organizações, os resultados, isso realmente acontece. E nesse sentido, a divulgação, ela fere; nós temos no Laudo da VALE, que nós tivemos acesso e que também a FIEMG no seu parecer cita, já diagnosticando essas famílias com ansiedade e depressão. O que por outro lado, também serve como um item importante para mostrar a dificuldade das condições para que essas famílias com tranquilidade possam tomar uma decisão. Então, eu gostaria de abrir para as pessoas das Comunidades que estão aqui presentes, que fizeram inscrição, pudessem se colocar e a gente dar continuidade na discussão e em seguida eu tenho algumas propostas. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Ok. Em relação ao atendimento psicossocial foi um programa que a gente chama de “Novos Horizontes”, que foi proposto para atendimento da Condicionante 11 da Licença de Instalação. Todos os trabalhos que são sendo conduzidos pela empresa, obviamente são contratados pela empresa, porque a gente abre no mercado um processo de contratação e contrata a proposta que for disponível. No caso do atendimento psicossocial foi realizado um diagnóstico de acordo com o Conselho de Ética de Psicologia, nós não ferimos em nenhum momento este Conselho. No entanto, no Artigo 2º diz o seguinte: *“Informar a quem de direito os resultados decorrentes da prestação de serviço psicológico, transmitindo somente o que for necessário para tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário, orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir dos serviços psicológicos e fornecer, sempre que solicitado, as documentações pertinentes do bom termo do trabalho”*. Nós, em momento algum do relatório protocolizado aqui na SUPRAM, expomos a vida de nenhuma das pessoas que moram nessa Comunidade. O relatório foi entregue aqui na SUPRAM e se houve exposição de forma incorreta, não foi por parte da VALE e nem por parte da SUPRAM. Se vocês fizerem o relatório e fizerem a leitura dele na íntegra, em momento algum há exposição das pessoas. Outro ponto que eu gostaria de colocar, a participação nesse programa é totalmente desassociado do processo de negociação, a participação é voluntária, participa quem quer e a gente tem tido uma ampla adesão, porque o processo negociação e mudança, ele provoca uma ansiedade e uma angústia natural do processo, por isso que a gente tem esse programa que foi uma Condicionante proposta aqui



para amenizar esse sentimento, ok? Obrigada. FREI RODRIGO (AMEDI): Não somos contrários a nenhum tipo de acompanhamento psicossocial, principalmente se a empresa nota que as pessoas com as quais ela está negociando elas estão passando por algum processo de dificuldade e etc, a nível psicossocial, mas lamentamos o fato de que seja por alguém que representa os interesses indiretamente a partir de contrato por aquele grupo, pelo empreendedor. E num programa; o programa Novos Horizontes, onde está colocado aqui, ele entre outras, a auto-estima, o desenvolvimento de habilidade, objetivos de vida, da realização pessoal, escolhas responsáveis, capacidade de aprender, capacidade de mudar, com objetivo de facilitar a compreensão do processo de mudança, na verdade, é uma relocação forçada, porque as famílias que estavam lá, elas não tinham nenhuma vontade sair. Então, significa que, no processo de negociação e talvez isso pudesse ficar entre nós aqui na SUPRAM um alerta, de que nesses processos o próprio empreendedor dê à Comunidade a possibilidade dela como Cliente de escolher quem ela quer para poder acompanhar, na perspectiva técnica, porque você com os instrumentos psicológicos e a fragilidade da comunicação, você que já tem um poder na negociação totalmente diferenciado, porque não existe uma paridade entre o empreendedor que já chega com a permissão de lavra e etc, em relação aquele que está sendo submetido a esse deslocamento forçado. Mas eu queria abrir para a Comunidade. MARINA (PRESIDENTE): Nós temos alguns outros inscritos, eu vou falar o nome, aquele que tiver ainda vontade de se manifestar, Ana Paula Andrade, Patrícia Bento, Poliane de Fátima, Élcio Pacheco, Cláudio Evangelista, Antônio de Souza, Osmando Soares, Vladimir, Paulo Roberto e José Geraldo, esses são os inscritos, aqueles que quiserem se manifestar, peço que identifique-se. Pode vir ao microfone, por favor, é só identificar. Ilustríssima Presidente do Conselho, Senhores Conselheiros, demais presentes, bom dia a todos, meu nome é Élcio Pacheco, eu vim em nome da Comissão Pastoral da Terra. Estive visitando a Comunidade Mata da Bananeira, conversamos com várias famílias e entendemos, sou advogado também da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, eu acompanha outras regiões também com processo de licenciamento nas áreas de mineração; Projeto Rio Pardo, Projeto Minas Rio, e tive a honra de ser convidado aqui pelas famílias para acompanhar, para pensar coletivamente em ter esse processo de licenciamento. A Mata da Bananeira consta ai nos autos, são 27 (vinte e sete) famílias, 35 (trinta e cinco) propriedades, numa área cuja dimensão abrange 504 (quinhentos e quatro) hectares. Me chama atenção, também consta nos autos, que a VALE coloca o processo de relocação dessas famílias para uma área bem menor, 470 (quatrocentos e setenta) hectares, tão logo há uma incoerência em termos quantitativos em relação à área que se vai reassentar as famílias bem menor à área que se está tirando, é só fazer a conta ai; 504 hectares é a área atual da Mata da Bananeira e a área proposta como consta nos autos, são 470 hectares. Então, existe um problema, uma dúvida em relação a esse reassentamento. Como que se tira alguém de uma área maior, uma Comunidade de uma área maior e se coloca numa área bem menor, então tem uma incoerência em relação a esse processo de relocação. Outro fato que me chamou a atenção é que, salvo melhor juízo, no meu modesto entendimento, essas informações e tanto o processo conduzido pela VALE apresentam algumas falhas e isso é natural, todo ser humano não é infalível, então, naturalmente nos autos, apresentaram informações que não obstante a qualidade técnica dos empregados e prepostos da VALE e aqui eu quero chamar a atenção à qualquer pessoa, jurídica ou física, contratada pela VALE, a VALE é diretamente responsável pelos seus prepostos, convenientes e contratados. Então, se trata aqui, não é o Psicólogo não, o Assistente Social, é a VALE que essa pessoa está sob a subordinação do empreendedor, vamos deixar bem claro aqui, porque no discurso a palavra tem alguns significados e a semântica ela é importante para o entendimento, na interpretação dos fatos, falo assim, a VALE chega aqui no microfone, não é culpa VALE, é culpa daquele que fez aquele laudo, então a VALE é





responsável pelo seu preposto. Vamos deixar bem claro aqui, não sei se está. Outra questão, dos impactos sociais, na minha opinião, eles não foram realmente dimensionados, os impactos sócio-ambientais não foram realmente bem dimensionados, veja bem, eu vou citar alguns exemplos, já foi colocado aqui pelo Conselheiro, Frei Rodrigo, que só a questão da morosidade em que esse processo já atinge cerca de 06 (seis) anos e o Estado de Minas Gerais aqui, pela fala do técnico da SUPRAM, o Estado de Minas Gerais, que deve observar os princípios da legalidade, transparência, da eficiência, aqueles capitulados na Constituição da República; o Estado de Minas Gerais afirmou aqui que é plenamente possível a prorrogação quase que por 06 anos, mas em contra partida, na Constituição da República, ela coloca que o Estado deve, é dever do Estado a proteção da família. O Estatuto do Idoso e do Adolescente são claros, colocam as pessoas de grupos vulneráveis como pessoas que precisam de proteção especial, porque são pessoas com seu caráter, são status de sua natureza, menor ou idoso, são grupos de riscos vulneráveis. Então, a VALE não coloca em nenhum momento. MARINA (PRESIDENTE): Por favor, eu peço que o senhor conclua, já deu 05 (cinco) minutos. ÉLCIO PACHECO: Vou concluir. É tão importante, se trata de muitas vidas e coisa que não é só técnico, a legalidade e o formalismo. Então, na verdade esse processo apresenta inúmeras falhas, o cadastro sócio-econômico ele não abrangeu de fato, não diagnosticou a realidade, uma vez que esse pessoal que está dentro da área da barragem de rejeitos, nessas propriedades que tem a dimensão de 504 hectares, existem, como já foi colocado aqui, relações comunitárias em que uma economia local vai ser rompida. Essa ruptura causa um grave impacto, um grave problema social, por quê? Se fala, mas a pessoa vai lá e carrega seu meeiro, seu arrendatário debaixo do braço e leva para a outra propriedade. Ora, não é assim. Aumenta custos. MARINA (PRESIDENTE): Por favor. ÉLCIO PACHECO: desenvolve outros processo, agrava-se a situação das relações, quebram-se laços afetivos, promove a insegurança e fere os direitos fundamentais, fere os direitos humanos dessa Comunidade, os grupos vulneráveis de risco. MARINA (PRESIDENTE): Élcio, a gente vai relevar, mas o seu tempo acabou infelizmente, a gente deu 05 (cinco) minutos regimentais mais 01 (um) minuto. ÉLCIO PACHECO: Encerrando, a oferta pela VALE no plano de negociação fundiária dela é aviltante, também fere os preceitos fundamentais da Constituição, porque na verdade os outros processo de outras regiões as Comunidades diretamente atingidas e as indiretamente atingidas deverão ter melhores condições iguais ou melhores, que não ocorre aqui nessa Comunidade Mata da Bananeira. Eu agradeço a atenção, eu teria muito mais coisa para falar, mas infelizmente o tempo regimental é curto. Obrigado e um abraço. MARINA (PRESIDENTE): Só peço que se identifique. Muito bom dia para vocês, eu sou CLÁUDIO EVANGELISTA, eu moro na Comunidade da Mata da Bananeira; eu sou um pequeno produtor, que eu moro em frente à Barragem que vai ser construída pela VALE, eu não vim aqui para xingar a VALE, não estou contra o processo da VALE, eu só estou contra a injustiça que a VALE está propondo para nós esse período. Chega na sua casa, a gente abre as portas para a VALE sim, não sou contra o projeto dela, nós queremos fazer negociação. Só porque a negociação que a VALE está propondo para nós, primeiro a Ana Carolina fez uma proposta que fez uma troca. A primeira proposta que eles fizeram é uma área que ele está falando que quatrocentos e tanto hectares sim, nós fomos, nós visitamos umas duas ou três vezes. Nós andamos no solo lá, mas a metade da terra é cascalho, o que eu vou fazer com uma área que é cascalho? Eu tenho 06 (seis) hectares de café, só terra vermelha. Eu nasci e criei nessa região. Então, é justo eu pegar uma área minha que é produtiva de café, 06 (seis) hectares de terra vermelha e pegar uma área inferior, é cascalho. Todo dia que eu for sacudir a peneira lá eu vou pegar cascalho. E a proposta dela foi 3 (três) por 1 (um) sim, não discordo dela. Só que uma área útil e reserva, quer dizer, se torna 02 (dois) hectares, é um bom tamanho de terra sim, só que nós não aceitamos por causa da dificuldade da terra que é cascalho. Tem umas



partes, só que aqueles maiores que foram na frente, comeram a terra melhor, então sobrou para nós a área de cascalho. O que eu vou fazer em terra de cascalho, um pequeno produtor? Tenho 06 hectares o que eu vou fazer com área de cascalho? Então, nós não aceitamos não. Eu concordo com ela, agora, apresenta outras terras para nós, sim, na Fazenda Santo Antônio mas tem uma área que é inferior à nossa, uma área que cai geada, tem umas partes que são arenosa, tem uma lavoura muito boa em cima sim, mas que cabe a maior. Então, eu tenho a minha mãe, meus irmãos, vai deslocar um para uma área e outro para outra área. Então, eu vim aqui reivindicar, não contra a VALE, não conta a negociação, não contra o empreendimento, só que eu quero justiça. Por que a VALE não deixa a gente procurar uma área de terra vermelha, igual a nossa, aí a gente passa para a VALE, sim, tem terra ali que serve para nós. Não, não está comitente, o preço que a gente não pode pagar, eles querem 60 (sessenta), 100 (cem) mil reais. A área de vocês não vale isso, então, porque está essa negociação, “discutiva”. Então, eu estou aqui em nome meu e de outros vizinhos que estão lá. Não estou recusando valor nenhum, ela pode chegar na minha casa qualquer hora, só que eu acho errado, eu já moro há tantos anos, não sou obrigado a sair para a VALE sair ganhando milhões e milhões de dinheiro e dar minha terra de graça. Eu tenho 05 (cinco) pessoas dentro da minha casa e agora tem minha sogra. Somos em 05, tenho 03 (três) filhos, minha esposa e eu, como que a gente vai viver? Agora, a última proposta foi ofertada a 1,25. Eu tenho 100% de aproveitamento da minha terra. Agora, faz conta para vocês verem, 1,25 tira a reserva, o que sobrou? Com uma área de areia, deslocar do seu lugar para você ajudar quem? Eu acho que a gente tem é quer ajudado, não ajudar a VALE. Eu não tenho interesse em sair, de doar a terra para a VALE, então vamos fazer uma negociação justa, que seria estudar uma terra boa, uma terra que serve para a gente. Eu não estou contra e acho que os demais amigos e vizinhos não estão contra a VALE hora nenhuma. Toda reunião que a VALE faz a gente está participando. Tem uma psicóloga que está acompanhando minha esposa; a minha esposa está, não é de motivo de VALE, nem nada, ela tem depressão, todo mês é R\$ 300,00 (trezentos), R\$ 400,00 (quatrocentos) reais de remédio, estou pelejando. Tem uma psicóloga sim da VALE, eu agradeço porque ela vai lá conversa com ela, até marcou, só que isso que eu sinto vai passando para ela também. Então, eu quero que vocês vejam esse lado, não estou contra jamais a VALE, só que eu quero uma negociação justa, porque eu não quis a de 3 (três) por 1 (um) agora eu sou obrigado a pegar a terra com 1,25? Isso não é justo, fica aqui minha reivindicação, a VALE pode ir lá a qualquer hora, que está de portas abertas, mas não com esse tipo de proposta. E está demorando muito, o desgaste está sendo muito. Então, eu sai de Patrocínio para vir aqui hoje fazer um apelo, fazer uma reivindicação para quem é chefe dessa frente. Não estou contra os negociadores, mas fazer uma negociação justa, bonita, pacífica é isso que nós queremos. Muito obrigado. MARINA (PRESIDENTE): Só identifique, por favor. **Não identificado:** Poderia subir o microfone mais um pouco, por favor. Obrigado. Vou direto ao assunto. Muito me tocou. MARINA (PRESIDENTE): Só o nome, por favor. Me desculpe, PAULO ROBERTO GUIMARÃES: Produtor rural da região da Mata de Bananeira, quando ouvi o Hino Nacional muito me tocou e tocou cada um de nós e logo me veio ao pensamento, o Índio tem a sua terra demarcada e toda assistência feita, o Sem-Terra tem os seus Assentamentos feitos e com toda a sua assistência feita e nós onde estamos? Que somos legítimos possuidores, que temos vocação agrícola, que somos pequenos produtores, responsáveis pelo abastecimento hortifrutigranjeiro desse País, que todos nós sabemos vem do pequeno produtor, que tem produção diversificada e nós precisamos ter também o mesmo reconhecimento. Então, o que nós propomos é que tenha proposta de negociação, este processo vem se arrastando e isso há um desgaste imenso, incalculável. É preciso que algum dessa Comissão vá nessa região, uma pessoa neutra, que traga informações exatas do que está acontecendo. Só que eles fazem, mas não deixam rastros, não deixam documentos de pressão,



de proposta ameaçadora, existe, só que eles não deixam documentado. Este processo está se arrastando, é um desgaste muito grande. Então, o que eu sugiro é na nossa negociação foram propostas 05 (cinco) áreas, como foi dito pela representante da VALE, só que não são áreas compatíveis com a nossa área, nós vamos perder em qualidade de solo, uma perda muito grande, porque são solos de origem vulcânica, profundo, com água potável, bem localizada. Então, são propostas 05 (cinco) propriedades; que seja nos dado a liberdade de procurar propriedades equivalentes às nossas propriedades ou não região de Patrocínio ou próximas. É lógico se vamos perder em qualidade de solo como foi relatado, nós temos que ter um ganho em área para compensar a perda, para a gente poder continuar a exercer essa atividade e que seja dado essa liberdade para que a gente procure uma propriedade na região equivalente, é lógico à nossa propriedade, com este ganho em área, para que possa fluir uma negociação. Então, isso está massacrando uma Comunidade de gente humilde, de gente simples, de gente sem maldade e que tem pessoas que precisam ser ouvidas. Isto aí estão acontecendo negociações injustas e o nós queremos é só isto, abertura de proposta de negociação. Nós estamos abertos, portas abertas e ficam rodeando, rodeando, rodeando e não colocam uma proposta na mesa. Que seja feita uma Condicionante, que este proprietário procure a sua terra, compatível com sua terra na região e que seja feita essa negociação de troca, de permuta, uma negociação casada, porque muitos não têm condições de fazer uma venda e uma compra, mas que seja feita uma proposta de negociação casada, com áreas livres. Isso aí é dar liberdade para que o produtor procure a terra onde ele vai conseguir manter a sua família. Nós temos projetos arquivados, engavetados, porque nós temos projetos na nossa vida pessoal, na nossa vida financeira a curto, médio e a longo prazo e a minha família. São 06 (seis) filhos e todos dependem daquela propriedade e mais os descendentes, os netos e nós temos projeto, porque nós temos água farta, projetos de irrigação engavetados, porque a VALE foi e fez outorga de água e agora eu não consigo fazer outorga de água para irrigar. Eu tenho terra é fértil, tenho coragem para trabalhar e não tem oportunidade de trabalhar, é isso que está desgastando nosso setor. E nós temos projetos na área de produção, porque a nossa necessidade financeira, ela cresce, vem a família, os filhos, os netos têm que estudar. Nós temos um processo de produção que ele tem que crescer, não pode ficar engavetado e nós estamos paralisados, engessados. É só isso, muito obrigado. Sou ANTÔNIO DE SOUZA, caros Conselheiros, se vocês não podem ver a nossa Comunidade que conheçam a nossa realidade. Eu sou o Coordenador da Comunidade Mata da Bananeira e lá nós temos 75 (setenta e cinco) famílias; 30 (trinta) vão ser desapropriadas; 35 (trinta e cinco) vão ficar ao lado da Mineradora, então, tem o Centro Comunitário que até hoje não foi feito, está dentro da área, precisa, e nunca teve uma reunião de recolocação comunitário para o restante que vai ficar. Tem também o caso da Maria Rosa de Souza, com 78 (setenta e oito) anos de idade, mãe de 09 (nove) filhos que viveram a vida inteira lá, e que cada ano vê seus filhos mudarem porque os fazendeiros foram vendendo as fazendas onde eles arrendavam as terras, foi vendendo, eles saindo e ela ficando sozinha. Então, está lá para qualquer um que quiser ver, ela está na Comunidade. Eu represento Comunidade onde eu moro, Morro Alto que faz divisa com a Mineradora, que tem 35 famílias, se hoje tem a maior preocupação para quem está dentro da área, está essa dificuldade para negociar e nós que vamos ficar ao lado lá. Se um dia nós sentirmos prejudicados a quem nós vamos recorrer? Porque se hoje está tendo essa dificuldade e quem for ficar lá? Deixo para vocês analisar essa parte. E tem gente que saiu de lá, tem muita inverdade, tem gente que saiu de lá, que estava empregado, que viveu 30 (trinta) anos numa fazenda, está doente porque não conseguiu um lugar de adaptar, não conseguiu se adaptar. E está lá, provo para qualquer pessoa que quiser ver, tem pessoas doentes, que não conseguiram se adaptar. Aluga uma terra num lugar, em outro lugar, não consegue nem pagar o aluguel pelo jeito que foi colocado lá para saírem da fazenda. Muito obrigado. Bom dia, meu nome é





VLADIMIR, eu sou morador do Morro Alto, mas tem a área que eu trabalho com café vai ser desapropriada, então, eu tenho a minha vó, que o Frei falou, que tem 88 (oitenta e oito) anos, eu moro no terreno dela. Hoje, pegou a gente debaixo do pé, a gente está sentado, a gente não faz nada. Eles fizeram a mesma coisa, colocou dentro de uma bolsa e fechou, nós estamos parados, o que nós vamos fazer hoje? Não dão atitude nenhuma. Eu ofereci 05 (cinco) propriedades para eles, em troca, até hoje eles falam não, a sua terra não tem como, a sua terra, a que eu mostrei, não tem documento, ou então é preço maior. Eu volto à outra parte, mas eles querem ver só o lado deles, então, a gente está sendo sacrificado, entendeu? Hoje lá está sendo uma fase que a VALE está usando só mentira contra a gente. É só a VALE que faz e a gente não pode fazer nada, estamos paradinho, a maioria do pessoal que vai ser desapropriado não está fazendo mais nada, não está trabalhando porque não sabe se pode construir ou se não pode, está parado. Então, é isso que eu queria passar para vocês. Eu sou OSMANDO SOARES: Também da Comunidade em questão. Eu gostaria de fazer uma pergunta para a Ana Carolina, que me citou aqui no começo da conversa, referente aos 02 (dois) irmãos. Eu quero saber se quem mora já, como ilhado dentro da área que a empresa já comprou, tem a obrigação de sair ou se pode continuar morando lá? No final eu quero que ela me responda essa pergunta. E outra coisa, eu cheguei a fazer negócio com eles, eu troquei a minha propriedade com a deles lá na Comunidade Irmãos Matos, onde já levou um pessoal para lá, já fizeram uma troca, ficou conversadinho, iam construir para mim, justamente porque eu sou arrendatário de um pessoal vizinho meu lá, que vai ser transferido para lá e para mim ia ficar bom, iam construir minha casa e me dar um pedacinho de terra lá, porque o meu é pequenininho, fisicamente eu sou o menor da Comunidade. Um certo dia chegaram lá de novo na minha casa falando que a gente tinha divergência entre família e não podia mais ser feito o negócio, eles só estavam querendo ser solidários comigo, porque onde eu moro não é de interesse da VALE, eles não tem interesse em negociar, não está dentro do projeto deles, por isso eu fiquei indignado com isso e eu quero uma resposta dessa menina, que disse essas palavras aí e realmente o lugar mais perto que eu tenho para chegar na minha casa eu tenho que passar dentro do terreno deles, eu estou ilhado lá. São mais ou menos uns 500 metros a distância mais perto, eles já até colocaram cadeados nas porteiras e se seu tiver que sair a cavalo por exemplo, eu não tem animal não, mexo só com maquinário agrícola; se eu tiver que sair a cavalo eu não consigo sair, as porteiras eles colocaram cadeados. Eu desafio eles a desmentir isso aqui, porque eu já tirei até foto do cadeado lá, trancaram as porteiras. Por esses motivos eu quero uma resposta dessa menina e sobre as divergências estão alegando que eu tenho que ir atrás da minha família, dos meus irmãos todos e pegar um documento deles autorizando minha negociação, para eu transferir. Eu tenho quase 30 (trinta) parentes que moram quase no Estado inteiro, Uberaba, Coromandel, tem até em São Paulo, não me deram nenhum R\$ 1,00 (um real) para eu fazer isso. Então, por isso, satisfeito eu até hoje não estou, eu não tenho nada para bater palma para essa empresa, que não me favoreceu em nada até agora. Obrigado. Bom dia a todos, JOSÉ GERALDO TEIXEIRA: Lá da Mata da Bananeira, a empresa já adquiriu várias áreas no seu entorno, muitas delas além do projeto e ela insistentemente renega realocar as pessoas em seu entorno, não aceita permuta com ninguém; uma vez que passou para o domínio dela, ela simplesmente fala que não faz a permuta. Muitas vezes, quem tem 100 (cem) hectares, vai tirar 10 (dez), depois tem que tirar 10 (dez) a 30 (trinta) ou 20 (vinte) Km (quilômetros) de distância, vai inviabilizar as nossas propriedades. Para não inviabilizar o empreendimento deles, eles querem inviabilizar o nosso empreendimento, porque nós dependemos das nossas áreas para poder continuar a tirar o leite, então, não adianta tirar 10 (dez) hectares da gente e transferi-los para áreas distantes. Ok? MARINA (PRESIDENTE): A representante da empresa que foi citada. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Em primeiro lugar eu gostaria de colocar aqui que esse processo é um



589 processo muito delicado, expôs muitas pessoas e a empresa não traz aqui as pessoas que já  
590 fecharam negócio com a gente. Nós temos 104 (cento e quatro) pessoas envolvidas nesse  
591 processo de negociação, onde a gente já negociou com 10 (dez) proprietários que são do  
592 reassentamento, que são da propriedade de 400 (quatrocentos) hectares que o senhor Élcio  
593 citou e a gente está ofertando agora em permuta mais 400 (quatrocentos) hectares. Então a  
594 área total disponibilizada pela empresa é em torno de 900 (novecentos) hectares. Outro ponto  
595 que foi colocado aqui, nós ficamos com processo aberto para indicação de propriedade para  
596 permuta durante 02 (dois) anos. Durante esses 02 (dois) anos nós avaliamos mais de 100  
597 (cem) propriedades e nenhuma delas atingiu o critério ou financeiro ou agrônômico para  
598 manutenção da propriedade. A gente tem cópia de todos os laudos de avaliação imobiliária e  
599 também de avaliação agrônômica que foi realizada para cada uma dessas propriedades.  
600 Quanto ao ponto indicado pelo senhor Osmando, a gente tem lá na Mata da Bananeira muitas  
601 propriedades que não é somente uma pessoa que é o proprietário, até pelo respeito da posse a  
602 gente não pode negociar com uma pessoa, fechar com ele, sendo que outras pessoas também  
603 são herdeiros daquela propriedade. A gente tem buscado conciliar com essas pessoas quando  
604 o processo está em andamento para negociação, quando as pessoas querem conversar com a  
605 gente; a gente conduz o processo, regulariza as documentações, entre em parte de inventário,  
606 mas quando as pessoas não querem, nesse momento que o processo é voluntário, a gente não  
607 pode obrigar essas pessoas a negociarem com a gente. Um outro ponto, em relação a  
608 negociação que está em andamento e também no reassentamento, o processo é participativo e  
609 coletivo, as pessoas; os proprietários definem a gleba de interesse da propriedade maior que a  
610 VALE está ofertando e dentro dessa propriedade eles escolhem a vizinhança. São feitas  
611 oficinas de divisão dessa propriedade em propriedades menores, então, as pessoas podem  
612 escolher qual é o melhor vizinho que ele pode ficar do lado. Claro que vai ter gente que vai  
613 querer uma área do lado que está livre, que a gente não tem como impedir, mas o processo  
614 tem sido conduzido da maneira mais transparente possível. Agora, o nosso anseio era já ter  
615 concluído essa negociação, do mesmo jeito que essa negociação angustia as pessoas, angustia  
616 a VALE também. Mas a gente não pode definir um percentual fixo e obrigar a todas as  
617 pessoas a negociarem com a gente, a adesão é voluntária. Se a gente estabelecer um  
618 percentual fixo aí a gente vai usar a utilidade pública e ir para um processo judicial, que  
619 realmente não é a intenção da VALE. MARINA (PRESIDENTE): Bom, eu vou consultar os  
620 demais Conselheiros, Elaine, Thiago, se tem algum considerando, visto que. Elaine, por favor.  
621 **Não identificado:** Presidente, nós queremos escutar o Frei sim, mas só para concluir, eu  
622 penso que o debate aqui serve sim para que a gente possa entender a realidade, como foi  
623 colocado aqui por alguns representantes, nós queremos chegar aqui num melhor equalizador.  
624 Foi colocado aqui que é uma questão fundiária; a questão fundiária não é uma questão fácil de  
625 resolver, não é uma questão de simples acordos e negociações de um dia para o outro. É por  
626 isso que a VALE vem aqui pedir a prorrogação dessa Licença, certo? E eu só queria corrigir  
627 meu Parecer, para que o prazo adicional seja de mais 02 (dois) anos, para que ela possa atingir  
628 o limite. E eu vou seguir o Parecer da SUPRAM, lógico, nós estamos aqui para negociar,  
629 vamos ver as propostas e entender os dois lados, qual o melhor para a gente chegar num ponto  
630 de consenso. ELAINE (FAEMG): Eu acompanho, como eu escrevi no Parecer, eu acompanho  
631 o Deferimento da Prorrogação, nas formas deferidas pela SUPRAM. MARINA  
632 (PRESIDENTE): Frei Rodrigo, o senhor tem alguma proposta de encaminhamento? FREI  
633 RODRIGO (AMEDI): Tenho proposta, eu gostaria antes da proposta de fazer 02 (dois)  
634 comentários. Primeiro, que de fato eu vejo uma dificuldade muito grande e teria que ser  
635 revisto o cronograma, porque a negociação de propriedade, de indenização assistida, no  
636 cronograma finda no final desse ano 2014, se não foi possível fazer até agora, então, teria  
637 talvez que ser refeito. Outra questão é que como nós estamos no processo buscando uma



negociação, eu acho que uma coisa ficou clara, existe no mínimo uma grande dificuldade de compreensão por parte da comunidade. Vocês imaginam o que é uma Comunidade que não tem um Advogado constituído, como que eu posso assinar Contrato? Então, eu gostaria de solicitar, eu não sou contra o acompanhamento do empreendedor; o empreendedor deveria sim dar condições técnicas para que com autonomia a Comunidade pudesse fazer valer os seus direitos, tanto a nível psicossocial como a nível técnico, de agronomia, a nível técnico jurídico, de assistência. Eles, o empreendedor poderia muito bem passar os recursos para que a Comunidade então contrate esses profissionais, seria um gesto e nós estaríamos dando um avanço muito grande. Então, nesse sentido eu gostaria de fazer uma proposta de uma Condicionante, talvez refazendo aquelas Condicionantes da Negociação, no seguinte sentido: *“Revisão do Cadastro Sócio-econômico, por empresa indicada diretamente pelos atingidos, a fim de incluir outras famílias excluídas do atual Cadastro, tendo em vista que com o processo de relocação das famílias, que atualmente moram na barragem de rejeitos. Estas outras famílias não contempladas no Cadastro ficarão isoladas devido a ruptura de laços parentais perpetrados pelos interesses do empreendedor. Contemplá-las também com compensações pecuniárias mais destinação de outras terras, a fim de mitigar a ruptura de uma economia familiar local e regional consolidada há décadas. Incluir e contemplar ainda os assalariados, agregados, meeiros, diaristas e arrendatários e seus dependentes. Revisão do plano de negociação fundiária, com participação ativa das famílias com assistente técnico por elas indicado e custeado pelo empreendedor. O Plano de Negociação Fundiária em questão deverá ter como referência ao que outras URC’s da SUPRAM já aprovaram, como o do PA de Irapé e das Condicionantes sócio-ambientais aprovadas para exploração mineral em Conceição do Mato Dentro, que é aquela questão da Anglo América. Contemplando minimamente os seguintes aspectos; o que já estiver contemplado está ótimo; a indenização pela terra, indenização pelas benfeitorias, reassentamento ou realocação da família atingida para outra área na mesma região, é um clamor de 01 (um) hectare por 03 (três); destinação de 20 (vinte) hectares para o chefe de família, com a construção de uma residência; 20 (vinte) hectares para cada filho maior ou casado residente na área afetada com moradia; 20 (vinte) hectares de terras para dividir entre todos os filhos não residentes ou que moram fora da área atingida. No plano de reestruturação familiar e produtiva deveria o empreendedor destinar Cesta Básica a ser fornecida durante 36 (trinta e seis) meses após o reassentamento e fornecimento de assistência técnica e social com destinação de insumos para o desenvolvimento de atividades agropastoris para a família reassentada”. É muito importante a gente frisar que nós estamos fazendo uma discussão entre dois empreendimentos, são produtores rurais, eles tem um empreendimento lá funcionando e uma outra Condicionante que é a seguinte: *“Tendo em vista que o Empreendedor com os pedidos de LP e LI que perduram por mais de 06 (seis) anos causam insegurança e expectativas frustradas nas famílias atingidas e agora ao não cumprir as Condicionantes”,* porque a Condicionante é clara, famílias realocadas; as famílias da Mata da Bananeira não foram realocadas; *“que perduram por mais de 06 (seis) anos, causam insegurança e expectativas frustradas nas famílias atingidas e agora ao não cumprir as Condicionantes 11, 12 e 13 da LI e ainda pedir prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses deverá o empreendedor no caso de novo atraso de qualquer Condicionante de cunho social reparar para cada família a título de multa o valor correspondente à renda obtida anualmente por mês de atraso”.* Nós não podemos fazer com que os lucros cessantes dessas Comunidades continuem e impedimento de todo empreendimento que eles tem. Então são essas 02 (duas) Condicionantes que a gente sugere. THIAGO (FIEMG): Eu gostaria de escutar o Empreendedor, mas respeitosamente a opinião que foi falada aqui agora pessoal, eu peço a todos um melhor entendimento dessas Condicionantes, porque foi falado muita coisa, mas temos que ser objetivos e o*





empreendimento entender o que está sendo proposto. Por que eu estou falando isso? Eu vou citar aqui a questão do Parque do Capim Branco, que nós votamos aqui uma nova Condicionante, que se as regras de negociações fossem aquelas no início do empreendimento; o empreendimento nem teria saído do papel. Nós aumentamos o custo daquela Condicionante que nós votamos aqui em R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) para o empreendimento, sem consciência de ninguém aqui do que estava sendo votado, não, desculpa, estou falando no nome de todo mundo. Sem realmente entender que as regras foram postas antes e Frei, se nós podemos então chegar num consenso para que isso seja amenizado, por que reiniciar isso tudo do zero? Como foi pedido para que refizesse o Cadastro, refizessem as avaliações, qual é a intenção disso? FREI RODRIGO (AMEDI): Porque nós consideramos que no Cadastro não constam todos os atingidos direta ou indiretamente no Empreendimento. Essas Condicionantes que nós colocamos eu acho que é o princípio da isonomia, outras URC's já fizeram e nós não estamos colocando nada a mais que Mineradoras estão respeitando no Estado de Minas Gerais, esses itens A, B, C, D, G até o H que eu falei, isso foi o acordo que foi feito com a Anglo América e o acordo de Irapé também; o Termo de Ajuste de Conduta lá de Irapé também e já foi aceito. Nós não podemos ter procedimentos diferentes, porque senão nós estaríamos lesando esses empreendedores. É nesse sentido, eu acredito que aqui não tem nada que foi tirado de uma bola de cristal, uma invenção, eu acho que é razoável. Se a revisão do Cadastro constar que todos foram, já está feito. A revisão do Cadastro significa a recolocação dessas famílias que não estão contempladas. Se todas as famílias direta ou indiretamente foram contempladas tudo bem, você reviu, constou, é isso tudo bem. Então, não tem nada aqui que nós estamos colocando que impeça ao empreendedor, e a bem da verdade, nós sabemos quem é a VALE, não é? Nós sabemos o que significa isso em termos econômicos e pecuniários para a VALE. Eu estava fazendo uma observação anteriormente, a VALE é a maior produtora de minério, pelo menos de minério de ferro do mundo, não sei se é quinta ou a sexta; a Anglo é a quinta produtora, a VALE é a primeira, a Anglo fez essa negociação. Nós não estamos aqui inventando, eu acho que nós temos que respeitar os empreendimentos que existem. O apelo foi muito claro. THIAGO (FIEMG): Uma sugestão também é que quando é colocado que não existe Advogado para essas famílias, não existe assistência exterior; as ONG's estão aqui para isso, as Organizações Não Governamentais precisam estar mais ativas, já que existia o conhecimento disso anterior, por quê ser colocado isso só agora? Então, fica a sugestão aí, como o processo possui todo um trâmite, todo um tempo para ser feito, acompanhe, fica a sugestão da ONG que tem o seu jurídico, que tem alguém para acompanhar isso, que ela acompanhe também. MOISÉS (FETAEMG): Eu gostaria de fazer algumas considerações em relação a essas situações que foram colocadas aqui. Como o Frei colocou, pelo que está sendo proposto pelo Frei, não está se criando, inventando nada, isso aqui já consta no Termo de Ajustamento de Condutas em um processo, tem a Condicionante em outro que foi aprovado. A FETAEMG participou dessas duas negociações, onde cobrou que isso que fosse realizado dessa forma e que não está pedindo nada mais que o justo para o empreendedor. Nós estamos falando acerca de empreendimentos, lá existem hoje diretamente atingidos 65 (sessenta e cinco) empreendimentos e ao entorno vários outros empreendimentos, que serão substituídos por um empreendimento só. O que aqueles empreendimentos ali, os 65 (sessenta e cinco) e os do entorno produzem, tem que ser considerado e o que o empreendedor único que vai assumir aquela região todo, que vai assumir, está sendo só ele observado o lucro que essa empresa vai ter. Não está se tentando colocar aqui, reinventar a bola de forma alguma, num desses empreendimentos foi feito de uma forma mais tranquila e de outro foi de uma forma muito "dolorida", vamos colocar assim, pois se criou uma Associação e demorou por anos para se chegar num ponto onde que obteve melhor equilíbrio entre essas situações. Nós estamos aqui



736 numa situação que nós não podemos colocar isso, nós vamos querer que esse equilíbrio mais  
737 rápido ou mais demorado. São direitos desses empreendedores que estão excluídos dessas  
738 áreas, eles tem direito sim de terem esse ressarcimento dessa forma que está sendo proposto  
739 aqui pelo Frei. Agora, se a empresa não vai fazer isso de vontade livre que é onde nós estamos  
740 fazendo de uma democrática, vai ter que ser fazer futuramente pelo poder da norma, como  
741 aconteceu em Igarapé. O que nós estamos fazendo? Estamos propondo uma situação justa.  
742 Gente a questão cultural e social da agricultura familiar brasileira, ela é tão profunda, os  
743 vínculos familiares, de amizade, é de uma profundidade incrível, eu falo isso porque eu venho  
744 de uma família da agricultura familiar, onde que ali no entorno nós temos amigos, parentes,  
745 por décadas, por séculos. A gente se conhece há 200 (duzentos) anos a minha Comunidade  
746 Rural; há 200 (duzentos) anos nós nos conhecemos, é o filho do fulano, é o neto ou bisneto.  
747 Isso está sendo rompido, isso não vale nada? Isso, ao nosso ver como Federação, não tem  
748 como se indenizar, por valor algum. Quando foi colocado, quase que aos prantos pelos  
749 senhores aqui, a dificuldade psicológica que eles estão enfrentando hoje, não estamos  
750 inventando nada, estamos apenas trazer para essa Licença Ambiental, para esse pedido de  
751 Licença Ambiental aqui Condicionante que já foi colocada em outros procedimentos análogos  
752 a esse, por empresas inclusive menores economicamente falando. Obrigado. THIAGO  
753 (FIEMG): Só para terminar essa questão, vamos lembrar que foi colocado aqui também, que  
754 existe uma parte que está solucionada, não vamos generalizar que não estivesse sendo feito  
755 isso para o todo, como se o todo não estivesse dando certo. Ok? MARINA (PRESIDENTE):  
756 Vou abrir a palavra ao Empreendedor e aí a gente faz os encaminhamentos, infelizmente, o  
757 regimento não permite mais tempo para aqueles que estão inscritos falarem. Peço desculpas,  
758 mas o regimento não permite senhor Paulo. CAROLINE (VALE FERTILIZANTES): Eu  
759 gostaria de falar o seguinte, esse empreendimento que nós estamos propondo de implantar em  
760 Patrocínio, é um empreendimento para produção de fosfato, que não é um empreendimento  
761 para produção de ouro de outras empresas que a gente tem aí. As margens de fosfato são  
762 muito mais enxutas que as de produção de ouro, de minério de ferro e de outras commodities  
763 que a gente tem aí no País. A minha preocupação em definir percentuais fixos aqui é que a  
764 gente tenha que desfazer as negociações que já estão concluídas, leve a uma inviabilização da  
765 implantação do projeto, porque quando a gente fala aí em 20 (vinte) hectares para cada chefe  
766 de família, a gente vai chegar só com isso aí em torno de seis a sete mil hectares, que é maior  
767 que a área de implantação de todo o projeto. Então, eu acho que a gente pode compor a  
768 participação da Sociedade Civil para nos apoiar no processo, para deixar o processo mais  
769 transparente, é sempre muito bem vinda, a gente gosta que as pessoas nos ajudem a identificar  
770 possíveis falhas que a gente tenha, mas essa Condicionante da forma que está sendo proposta  
771 aí, a gente não consegue implantar o empreendimento e aí nós não vamos retirar nem as  
772 famílias que estão lá e assim, e aí assim, só para colocar mais um ponto, se a gente tem que  
773 comprar mais 6.000 (seis mil) hectares para colocar esses proprietários que vão sair de lá, vão  
774 ser mais 6.000 (seis mil) hectares de desapropriação, ok? Muito obrigada. SIDNEI (SEDRU):  
775 Só corrigindo, se são 35 (trinta e cinco) propriedades a 20 (vinte) hectares são 700  
776 (setecentos), não são 7.000 (sete mil). Eu só queria uma pergunta para o empreendimento, só  
777 uma coisa que eu gostaria de esclarecer. Por que ficou a cargo do Poder Público a construção  
778 de escolas, centro comunitário e a outra instituição? Só gostaria de saber isso. CAROLINE  
779 (VALE FERTILIZANTES): Ok. Na área do empreendimento, a gente não tem nenhuma  
780 Escola, a gente tem um Centro Comunitário e uma Igreja, inclusive a Ata de Reunião que está  
781 aqui na minha mão, registra a reunião que nós realizamos com o pessoal da Comunidade.  
782 Estivemos inclusive lá com o pessoal do Morro Alto, a gente já vai repor, já tem um projeto  
783 para construção de uma Igreja e de um Centro Comunitário na região do reassentamento e tem  
784 um compromisso da empresa de construir um Centro Comunitário e uma Igreja para as



785 famílias que vão continuar morando na área. Isso está dentro do processo, aqui tem “a pessoa  
786 *questiona sobre a Igreja e é informado que existe a preocupação tanto com a Comunidade*  
787 *que será transferida quanto com a Comunidade que continua morando no entorno. Foi*  
788 *informado que isso será definido com a participação dos moradores, que existe projeto de*  
789 *construção de Igreja na área anfitriã e no entorno da Mata da Bananeira”*. Na área anfitriã o  
790 projeto já está definido, a gente já está contratando as obras; na área que está ficando na Mata  
791 da Bananeira a gente não concluiu as negociações para a gente já poder fazer o projeto. Ok?  
792 Assim que a gente concluir as negociações nós vamos elaborar o projeto, a gente só vai usar a  
793 posse da área que tem o Centro Comunitário e a Igreja hoje, quando a gente já tiver restituído  
794 a outra para o restante da Comunidade. Isso aqui está dentro do processo de licenciamento.  
795 MARINA (PRESIDENTE): Bom, vamos fazer os encaminhamentos. Tem mais alguma  
796 proposta de Condicionantes? CARLOS VALERA (PGJ): Bom, primeiramente, senhora  
797 Presidente e demais Conselheiros. Eu tenho que ter muita cautela aqui, porque isso  
798 obviamente vai desaguar no Ministério Público de Patrocínio e obviamente está dentro da  
799 minha Coordenadoria Regional, possivelmente eu tenha que me manifestar. Então, para  
800 ajudar ao diálogo e provavelmente na votação eu tenho que me abster em decorrência que  
801 depois eu voto lá como órgão de execução. Fazendo aqui com a ajuda da doutora Kamila e  
802 obviamente tem uma proposta, nós nos deparamos com a Lei Estadual 12.812 de 28 de janeiro  
803 de 1998 que trata da regulamentação do Artigo 194 da Constituição do Estado de Minas Gerais,  
804 sobre a Assistência Social às Populações de Áreas Inundadas por Reservatórios. É óbvio que  
805 alguns vão dizer, não, isso é PCH, CGH, UHE, mas nós estamos tentando achar um consenso,  
806 como bem foi colocado aqui por todos. Então, na leitura do Artigo 1º - O Estado prestará  
807 assistência social às populações de áreas inundadas por reservatório, destinado ao  
808 aproveitamento de recursos hídricos. Então, se nós fizermos um raciocínio mais holístico nós  
809 podemos dizer que a barragem lá de rejeitos tem aproveitamento econômico, então se  
810 inseriria. Uma das propostas aqui seria uma Condicionante no sentido de que esse plano que  
811 foi apresentado pela empresa seja submetido ao Conselho Estadual de Assistência Social, para  
812 que nós pudéssemos ter uma avaliação técnica, me parece que se trata disso, não é verdade?.

813 **Aúdio não identificado.** CARLOS VALERA (PGJ): Exatamente, não, todo o processo. E  
814 vamos ver o que o Conselho se manifesta. Então, essa é uma proposta num prazo de 30  
815 (trinta) dias se submetesse todo seu Programa de Aquisição Assistida ao Conselho Estadual  
816 de Assistência Social e uma outra recomendação ou uma solicitação melhor dizendo, de que o  
817 Conselho se manifestasse o mais brevemente possível, respeitado o eventual prazo prorrogado  
818 da Licença de Instalação. Então, eu acho que essas dariam um pouco mais de tranquilidade a  
819 nós Conselheiros, porque o órgão do Estado que cuida especificamente dessa questão iria se  
820 pronunciar. Muito obrigado. THIAGO (FIEMG): De antemão já digo, doutor Carlos Valera,  
821 que é uma excelente opção e gostaria da conscientização de todos para que a gente possa ter  
822 um equalizador melhor. FREI RODRIGO (AMEDI): Não prejudicando minha proposta de  
823 Condicionante, que eu mantenho, eu acho que isso vem inclusive ajudar, que isso seja feito  
824 com a participação da Comunidade, com assistência técnica própria da Comunidade.

825 CARLOS VALERA (PGJ): Frei Rodrigo, eu não sei como tramita isso no Conselho Estadual,  
826 mas possivelmente eles são chamados para participar das reuniões. MARINA  
827 (PRESIDENTE): Bom, então vamos aos encaminhamentos. Eu vou colocar em votação o  
828 Parecer da SUPRAM, pela prorrogação do prazo, caso aprovado, a gente vota cada uma das  
829 sugestões de Condicionante. Então, eu coloco em votação o Item 5.1, os Conselheiros que  
830 forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. CARLOS  
831 VALERA (PGJ): Abstenção. MOISÉS (FETAEMG): Contrário, pelo que eu já expus na  
832 minha manifestação anterior. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Pelo meu impedimento,  
833 eu gostaria de deixar claro aqui. JOSÉ ROBERO (SEAPA): Abstenção. MARINA





834 (PRESIDENTE): Espera aí só um minutinho. SUB-TENENTE AUGUSTO (POLÍCIA  
835 MILITAR): Abstenção. FREI RODRIGO: Seguindo o Parecer da CERVIVO. SIDNEI  
836 (SEDRU): Abstenção. MARINA (PRESIDENTE): Então vamos lá, com 05 (cinco)  
837 Abstenções de 02 (dois) votos Contra, aprovado o Pedido de Renovação de Prazo. Então, eu  
838 vou fazer a leitura da proposta de Condicionante e a gente coloca em votação uma por uma:  
839 *“Revisão do Cadastro Sócio-econômico, por empresa indicada diretamente pelos atingidos, a*  
840 *fim de incluir outras famílias do atual Cadastro, tendo em vista que com o processo de*  
841 *relocação das famílias, que atualmente moram na área de barragem de rejeitos. Estas outras*  
842 *famílias não contempladas no Cadastro ficarão isoladas devido a ruptura de laços parentais*  
843 *comunitário perpetrados pelos interesses do empreendedor. Contemplá-las também com*  
844 *compensações pecuniárias mais destinação de outras terras, a fim de mitigar a ruptura de*  
845 *uma economia familiar local e regional consolidada há décadas. Incluir e contemplar ainda*  
846 *os assalariados, agregados, meeiros, diaristas e arrendatários e seus dependentes. Revisão*  
847 *do plano de negociação fundiária, com participação ativa das famílias com assistente técnico*  
848 *por elas indicado e custeado pelo Empreendedor. O PNF (Plano de Negociação Fundiária)*  
849 *em questão deverá ter como referencia ao que outras URC’s da SUPRAM já aprovaram,*  
850 *como o do PA de Irapé e das Condicionantes sócio-ambientais aprovadas para exploração*  
851 *mineral em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Contemplando minimamente os*  
852 *seguintes aspectos: a) indenização pela terra; b) indenização pelas benfeitorias; c)*  
853 *reassentamento ou realocação da família atingida para outra área na mesma região, 01 (um)*  
854 *hectare por 03 (três) hectares; d) destinação de 20 (vinte) hectares para o chefe de família,*  
855 *com a construção de uma residência; e) 20 (vinte) hectares para cada filho maior ou casado*  
856 *residente na área afetada com moradia; f) 20 (vinte) hectares de terra para dividir entre*  
857 *todos os filhos não residentes ou que moram fora da área atingida; g) no plano de*  
858 *reestruturação familiar e produtiva deveria o empreendedor destinar Cesta Básica a ser*  
859 *fornecida durante 36 (trinta e seis) meses após o reassentamento; h) fornecimento de*  
860 *assistência técnica e social com destinação de insumos para o desenvolvimento de atividades*  
861 *agrossilvipastoris para a família reassentada”*. Faltou aqui definir o prazo. **Áudio não**  
862 **identificado**. MARINA (PRESIDENTE): Manifesta por favor. FREI RODRIGO (AMEDI):  
863 180 (cento e oitenta) dias. MARINA (PRESIDENTE): Prazo: 180 (cento e oitenta) dias.  
864 Então, eu vou colocar em votação a inclusão da Condicionante. Coloco em votação a  
865 Condicionante lida, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão. **Não**  
866 **identificado**: Presidente, só uma questão de entendimento, depois nós vamos votar a  
867 Condicionante proposta pelo Ministério. MARINA (PRESIDENTE): A segunda proposta,  
868 primeiro a proposta do Frei, depois a proposta do Ministério Público. **Não identificado**: Ok.  
869 MARINA (PRESIDENTE): Então eu vou colocar em votação a Condicionante lida, os  
870 Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, votos  
871 contrários se manifestem, por favor. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção. Senhora  
872 Presidente, só por uma questão de ordem aqui, como eu vou me abster sistematicamente,  
873 então, que o doutor Thiago pudesse encampar a nossa sugestão. **Não identificado**: Sim,  
874 então, eu vou votar contra as Condicionantes que estão sendo propostas nesse momento pelo  
875 Frei, pela AMEDI. E já de antemão a pedido do nosso colega Carlos Valera, que a gente faça  
876 a Condicionante para que seja encaminhado ao Conselho Estadual de Assistência Social. Meu  
877 voto é contrário a essa Condicionante. MARINA (PRESIDENTE): Mais alguma  
878 consideração? JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. PATRÍCIA (SETOP): Contra.  
879 MARINA (PRESIDENTE): Espera só um minutinho para a gente ir contabilizando aqui.  
880 PATRÍCIA (SETOP): Contra. ELAINE (FAEMG): Sou contra, por entender que a  
881 Condicionante proposta pelo doutor Valera e FIEMG é mais conveniente e mais baseada nos  
882 aspectos técnicos que somos, porque eu entendo que esse Conselho aqui não teria tanta



condição de avaliar essas condições técnicas fundiárias. SIDNEI (SEDRU): Contrário, por entender que se a gente está colocando em questão a política adotada pela Empresa, a gente não pode assumir que a outra proposta seja correta, eu acho que uma proposta vinda do Conselho Estadual seria o correto para a gente fazer para ambas as partes. SUB-TENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Eu acompanho o mesmo parecer do Conselheiro Thiago. RAFAEL (SEDE): Contrário. Também acompanho a proposta da FIEMG. LEOCARLOS: Eu sou contra a proposta do Frei, pela preocupação de talvez inviabilizar o empreendimento. Mas sou favorável à ideia, a sugestão do doutor Carlos Valera. RODRIGO (CREA): Contra a proposta. FERNANDO (ABES): Contra, seguindo o parecer do Conselheiro Thiago. FRANCISCO VALENTE (CEFET): Sou contrário também. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Contrário, acompanhando o mesmo raciocínio da FIEMG. ANA LÚCIA (CODEMA): Também contrária. A favor da proposta do doutor Thiago. HÉLIO MENDES (SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE): Eu me abstenho, concordo com a proposta do Ministério Público. E gostaria de dividir um dilema, sou Presidente do CODEMA local, faço parte de um governo popular e a gente tem tido a oportunidade de ficar sempre numa situação extremamente delicada, ou seja, quando foi colocado todos os depoimentos aí ficou muito claro que nós temos um problema social, por outro lado não fica muito claro qual é o impacto disso no empreendimento, fica claro? Nós estamos enfrentando em Uberlândia, empresas que estão querendo deixar Uberlândia, não em razão de exigência local, mas de restrição ambiental que estão chegando a cada dia mais. Conciliar o próprio social, ambiental e o empreendimento, com a concorrência que está tendo a nível internacional e nível local, está ficando cada dia mais difícil. Então, eu confesso a vocês que eu me sinto até em alguns momentos eu me senti até impotente, não qualificado a fazer parte de algumas votações, por não ver o problema na dimensão de que ela é, muito acima ou muito abaixo. Só estou sendo justo. Então, eu acho que a preocupação de qualquer Conselheiro é ser justo e está muito difícil ser justo, quando nos coloca, mediante um quadro que foi colocado ali, certo, com o que está acontecendo com famílias, essas coisas todas. Bom, é a VALE, concordo plenamente com o Frei, é uma das maiores empresas do mundo, mas nós estamos criando um referencial para diversos empreendimentos. Como nós vamos tratar isso? **Áudio não identificado.** HÉLIO MENDES (SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE): Existe esse referencial, mas estou dizendo, caro Conselheiro Frei; estou dizendo o seguinte, estou refletindo não apenas como essa votação, estou tentando fazer aqui a reflexão a nível de Conselheiro, de decisões que às vezes transcende o contexto que nós estamos vivendo hoje e para onde nós estamos indo, é isso que preocupa. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então, foram 12 (doze) votos contrários e 02 (duas) abstenções, a Condicionante não foi aprovada. Vou ler aqui a segunda proposta de Condicionante: *“Tendo em vista que o Empreendedor com os pedidos de LP e LI que perduram por mais de 06 (seis) anos causam insegurança e expectativas frustradas nas famílias atingidas e agora ao não cumprir as Condicionantes 11, 12 e 13 da LI e ainda pedir prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses deverá o empreendedor no caso de novo atraso de qualquer Condicionante de cunho social reparar para cada família, a título de multa o valor correspondente à renda obtida anualmente por mês de atraso”*. Prazo? Qual o prazo? **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Não, isso aqui é se ela não cumprir, então o prazo seria de imediato. Então, eu coloco em votação a proposta de Condicionante, Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção. THIAGO (FIEMG): Só um instante. ANTÔNIO (CERVIVO): Pelos impedimentos, abstenção. THIAGO (FIEMG): Eu voto contra, por entender que quando você condiciona uma condição dessa peculiar, você pode ter inclusive, o descumprimento não é da Empresa, existem 02 (duas) partes negociando. Então, se uma parte não quiser negociar, a Empresa está obrigada a indenizar. Isso, infelizmente eu



não posso concordar, então, eu sou contra. RODRIGO (CREA): Contra. SIDNEI (SEDRU): Contra, acompanhando o parecer do Conselheiro Thiago. ELAINE (FAEMG): Contra, pelas mesmas razões. FRANCISCO VALENTE (CEFET): Contra. MÁRCIO BOCHI (FEDERAMINAS): Contra. MARINA (PRESIDENTE): Espera só um minutinho, CEFET, FEDERAMINAS. ANA LÚCIA (CODEMA): Contra. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. PATRÍCIA (SETOP): Contra. HÉLIO MENDES (SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE): Me abstenho. SUB-TENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Abstenção. RAFAEL (SEDE): Contra. MARINA (PRESIDENTE): Espera só um minutinho, antes do Rafael quem se absteve? Hélio Mendes foi abstenção. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. LEOCARLOS: Contra. MARINA (PRESIDENTE): Então, com 11 (onze) votos Contrários e 05 (cinco) Abstenções, a Condicionante não foi aprovada. Thiago, você quer fazer a leitura da proposta? Então é: “Encaminhar ao CEAS (Conselho Estadual de Assistência Estadual) o plano e as atividades já desempenhadas pela Empresa. Prazo?”. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Para que o CEAS faça todo o acompanhamento social. Ai ele vão fazer todas as atividades deles. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Não, o prazo para ele ser encaminhado. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Não, ai o CEAS tem todos aqueles procedimentos de acompanhar, de fazer reuniões públicas, de verificar, de alinhar com os interessados do processo. FREI RODRIGO (AMEDI): Para que seja rediscutido o processo. MARINA (PRESIDENTE): Aqui a gente não pode definir procedimento para o CEAS. FREI RODRIGO (AMEDI): Porque senão a Condicionante que nós tínhamos colocado, ela ficou prejudicada porque se considerou que tecnicamente a proposta do Ministério Público contemplaria a minha proposta, numa perspectiva mais justa. Eu discordo, mas tudo bem. Então, ela seria para que lá eles pudessem encontrar espaço para fazer essa discussão. Então, eu insisto novamente que eles tenham condição de ter Assistência Técnica, Jurídica e como vão poder fazer isso, a Comunidade. MARINA (PRESIDENTE): Cadê a Lei? **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Mas a Lei fala isso. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Não, não. Aqui, a Legislação fala as atribuições que no caso o Estado, através do CEAS tem. Uma delas aqui, Artigo 2º, Inciso I – prestar assistência jurídica, entre outras ações, o acompanhamento das negociações com o empreendedor, relativas ao reassentamento. Então aqui. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Então, vamos fazer o seguinte, vamos ler a proposta e a gente coloca em votação. Eu acho também que a gente não está para definir o que o CEAS tem ou não a fazer. Eu acho que foge um pouco aqui o que um outro órgão, que nem está presente deva fazer. FREI RODRIGO (AMEDI): Seria um aditamento da participação da Comunidade, vamos repetir. THIAGO (FIEMG): O prazo é o mesmo da LI, Presidente. O prazo coincide com a LI. MARINA (PRESIDENTE): Não, é o prazo para encaminhar ao CEAS. CARLOS VALERA (PGJ): São 02 (duas) situações como eu disse. Eu estou me abstendo desse processo porque já há uma manifestação do Ministério Público local de Patrocínio sobre essa questão. E obviamente por Patrocínio integrar a minha Coordenação Regional eu vou prestar auxílio ao colega, por isso que eu estou tendo toda cautela, todo zelo para ajudar na discussão, mas não me comprometer, porque quero ter ampla liberdade para atuar no inquérito civil. Então, estou falando aqui mais como cidadão do que como Conselheiro. Aliás, eu deveria falar lá do microfone. Mas a proposta que vislumbrou, inclusive já havia conversado com o Frei Rodrigo sobre isso, é o seguinte, nós temos na estrutura do Estado um órgão que é o Conselho Estadual de Assistência Social que tem por atribuição proteger, defender e tutelar as populações vulneráveis. Então, a nossa proposta, sugestão, como eu estou abstendo, solicitei gentilmente que nosso Conselheiro Thiago fizesse o encaminhamento, seria de no prazo que nós assinalarmos aqui, eu conjecturei 30 (trinta) dias pelo volume de informações que a Empresa tem que prestar, são 5.000 (cinco) mil páginas, que já está o processo de





licenciamento, então, eu sugeri o prazo de 30 (trinta) dias. Então, essa é a primeira colocação, no Prazo de 30 (trinta) dias apresentar para análise e deliberação do CEAS o Plano de Aquisição Assistida e todas as ações já desempenhadas no âmbito desse plano, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é uma solicitação que o Conselho fará; é uma solicitação, não é determinação; não uma requisição; porque nós não podemos fazer isso como Conselho, nós como Ministério Público podemos, de que o Conselho se manifesta sobre essas ações e sobre esse plano. E a sugestão, nós não acabamos de definir o prazo de 24 (vinte e quatro) meses? Então, vamos solicitar que pelo menos dentro desse interstício o Conselho possa. Agora, o procedimento Frei Rodrigo, já está lá e eu acredito que o CEAS tem que aplicar analogicamente essas Resoluções 317 e 318 de 2010, já está lá todo procedimento. E a participação, óbvio, da população vulnerável que está sendo tutelada é clara e agora mais ainda com a Assistência Jurídica do doutor Elcio, eu tenho certeza que essa situação flui mais naturalmente, então é isso. Mas vou reafirmar, mais uma vez, que eu vou me abster de toda e qualquer discussão, porque isso já é uma representação no Ministério Público local de Patrocínio. MARINA (PRESIDENTE): Então, eu vou colocar em votação a sugestão de Condicionante, porque só também caso seja aprovada a gente vai fazer a sugestão de retorno ao CEAS; de retorno do CEAS. Então, eu vou colocar conforme mencionado pelo Conselheiro essa proposta de Condicionante e o prazo de 30 (trinta) dias para que seja encaminhado o Plano. Ok? Posteriormente vamos ver como que fica e a gente dá o encaminhamento da sugestão. Então, os Conselheiros que forem favoráveis à inclusão da Condicionante permaneçam como estão, abstenções, votos contrário se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção, pelos motivos já anteriores que eu citei. MARINA (PRESIDENTE): Então, com 02 (duas) abstenções, fica aprovada a inclusão da Condicionante. Então, a gente só vai depois fazer a redação desse encaminhamento da sugestão. Eu acho que a sugestão, a gente não precisa colocar em votação, porque vai como uma sugestão para que o CEAS dê esse retorno ao Conselho do COPAM, nesse prazo máximo de 02 (dois) anos, prazo máximo possível, mas não excedente esse prazo de 02 (dois) anos, que é o prazo da prorrogação da licença. Então, feitos todos os encaminhamentos a gente passa ao item 7.1, que tem um destaque da SUPRAM. AMILTON (SUPRAM): Gostaria de corrigir o item 4 do Parecer Único da SUPRAM, incluindo o seguinte texto: *“As Áreas de Preservação Permanente dentro do imóvel, elas totalizam 4,1643 hectares e não 6,07 conforme está apresentado e ela está degradada, necessitando do plantio de espécies nativas da região”*. Houve uma confusão da nossa parte, foi apresentado um mapa e o mapa incluía 02 (duas) matrículas, mas na verdade a matrícula que pertence esse empreendimento, a APP dentro dele totalizam 4,16 hectares. E além disso, nós gostaríamos de incluir a seguinte redação: *“A empresa deverá apresentar um programa de reconstrução florística destinado à Área de APP, mediante o plantio de espaçamento por 03 (três) por 02 (dois), o que totaliza 01 (um) muda para cada 06 (seis) metros quadrados. Além disso, o empreendedor deve adotar técnicas de recomposição florestal que não privilegiem apenas o plantio de mudas que vão oferecer um crescimento de diâmetro e altura, mas que ele busque outras técnicas e outras alternativas que privilegiem a interação de plantas e animais, com vistas a propiciar um ambiente com a maior diversidade possível”*. Além disso, gostaríamos também de incluir a Condicionante: *“Monitoramento com relação aos veículos movidos a diesel, conforme Portaria IBAMA 8.596”*, que durante a fase, caso venha a ser aprovado à finalização do empreendimento vai ter emissão de fumaça, aí o monitoramento conforme já é um costume aqui colocar esse monitoramento. MARINA (PRESIDENTE): Tem a Júlia, que está inscrita, você quer se manifestar? Mais algum Conselheiro? HÉLIO MENDES (SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE): Eu gostaria de registrar que sempre que está surgindo a palavra compostagem, tem surgido preocupação por parte da Secretaria Municipal



de Meio Ambiente, com o problema de reclamação de mau cheiro, certo? Apesar que nós fomos apresentados a essa empresa, foi colocado que é formulação de Adubos, mas antecede aqui a palavra compostagem. Sempre que tiver compostagem, eu acho que esse Conselho deverá ter muito cuidado, certo? É pertinente o monitoramento em relação ao mau cheiro. MARINA (PRESIDENTE): Então, já levando em consideração as alterações solicitadas pela equipe técnica da SUPRAM eu coloco em votação o Item 7.1. Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Aprovado o Item 7.1. O Item 9.1 destaque SUPRAM e Ministério Público. ANDERSON (SUPRAM): O destaque por parte da SUPRAM é a inclusão de 01 (uma) Condicionante; Condicionante número 03 (três), que teria a seguinte redação: *“Alterar o ponto de lançamento de águas pluviais para um ponto à jusante de onde se realiza a captação para abastecimento público pela COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). Prazo: 06 (seis) meses”*. MARINA (PRESIDENTE): Doutor Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Senhora presidente, eu observo que é um empreendimento Classe 5, então, seguindo a nossa tradição aqui, eu queria propor a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então eu vou colocar em votação o Parecer da SUPRAM já com a alteração de Condicionante proposta pela SUPRAM, posteriormente eu faço a leitura da Condicionante referente à Lei do SNUC e coloco em votação separadamente. Então, coloco em votação o Parecer técnico, Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovado. Vou fazer a leitura da Condicionante só para constar: *“Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimento estipulado pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)”*. Então, eu coloco em votação a inclusão da Condicionante, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Representante do empreendedor? Por favor. DÁRCIO (MINAS MAIS ALIMENTOS): Com relação a transferência do ponto de lançamento das águas pluviais, para mudança desse ponto nós teríamos que passar dentro do empreendimento da COPASA. Talvez fosse muito pior do que a gente manter isso lá, porque tem toda uma construção, tem todo um desnível. Se a gente tiver que fazer isso, nós precisaríamos de uma prazo maior que 06 (seis) meses, se for manter, pelas as dificuldades. Os terrenos à jusante são de outros empreendedores, teríamos que fazer negociação para aquisição desses terrenos para passagem disso lá do lado. Então, a gente precisaria de pelo menos mais tempo. Era isso. ANDERSON (SUPRAM): Assim, a questão de aquisição e novas intervenções só sugestão ao empreendimento, não sei se existe a possibilidade pela Engenharia Civil, mas já existe o lançamento à jusante da captação, que é o lançamento da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), de água pluvial, poderia ser interligado ao lançamento que já existe da ETE, então, não tem necessidade nova intervenção. Caso a Engenharia permita também. DÁRCIO (MINAS MAIS ALIMENTOS): O lançamento junto com o efluente ele está do outro lado do empreendimento, seria bem mais complexo. THIAGO (FIEMG): Empreendedor, esclarece para nós, tecnicamente seria mais complicado, existe a possibilidade? Nós queremos entender do empreendimento o seguinte, está sendo proposta pela equipe técnica uma mudança no projeto. DÁRCIO (MINAS MAIS ALIMENTOS): A mudança desse ponto de lançamento, como é questão pluvial, deveria ser feito. A área do empreendimento são 10 (dez) hectares, para a gente fazer uma captação de 10 (dez) hectares para um bombeamento de água pluvial para outra parte não considero viável. SIDNEI (SEDRU): Tecnicamente é possível, eu conheço o local, passar também com uma tubulação por dentro da área do empreendimento da COPASA não vai prejudicar as atividades da empresa, a área é grande o suficiente para isso. E só lembrando que



recentemente nessa empresa teve um problema de vazamento de óleo, de tanques dos geradores, isso caiu nessa galeria de água pluvial, à montante de captação, interrompendo inclusive o abastecimento da cidade. Então, essa solicitação está sendo feita por esse motivo. O prazo de 06 (seis) meses é plenamente exequível, não é problemático não e o empreendedor pode sim direcionar isso para o lançamento junto com a área da colocação. O pedido do prazo de 06 (seis) meses ele parte para que a gente não pegue o período de chuvas, que vai vir agora no final do ano e que pode causar algum tipo de problema. ANDERSON (SUPRAM): Só retificando, o lançamento não pode ocorrer junto com o da ETE, pode ser paralelo ao da ETE. MARINA (PRESIDENTE): Então, depois das exposições a gente mantém o que havia sido aprovado. Caso o empreendedor não consigo contemplar, só lembrando, que você tem que formalizar, pedir prorrogação do prazo do cumprimento da Condicionante, devidamente justificado. Então, vou colocar aqui em votação quanto a Condicionante da Lei do SNUC. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, se manifestem. THIAGO (FIEMG): Voto contra, por entender que não há a identificação de significativo impacto ambiental. ELAINE (FAEMG): Contra, pelas mesmas razões. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. FERNANDO RUAS (ABES): Contra também. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Voto contra, no mesmo parecer da FIEMG. MARINA (PRESIDENTE): Então, com 04 (quatro) votos contrários e 01 (uma) abstenção, fica incluída a Condicionante. Vamos ao item 10.1 destaque Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Infelizmente os representantes lá da Comunidade de Abadias dos Dourados eles não chegaram. O pedido deles seriam 02 (duas) Condicionantes. Um seria do “peixamento” do rio, soltar alevinos acima, à montante e à jusante da Barragem e a escada para peixes na Barragem. **Áudio não identificado.** FREI RODRIGO (AMEDI): É isso que eu falei, “peixamento” do rio para soltar alevinos de peixe abaixo e acima, porque prejudica a questão da Piracema e a Escada para Peixes. O prazo é depois que estiver pronto. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Senhora Presidente, eu só queria um esclarecimento aqui, esse processo ele está em diligência, o pessoal não vai apresentar isso para nós? É a questão da diligência que eu gostaria de estar ouvindo isso aí e depois a gente conversar com relação a essa Condicionante. MARINA (PRESIDENTE): Os representantes do empreendimento, por favor, se manifestarem. Só relembro aqui, esse processo tinha sido baixado em diligência para que o empreendedor fizesse alguns esclarecimentos e no dia em que ele faria esses esclarecimentos a gente recebeu um documento, até na hora aqui da reunião, anulando, suspendendo a Declaração do Município. Então, a gente entendeu que por falta desse documento não haveria nem mais o que se discutir, o processo havia sido arquivado. Nesse meio tempo houve uma decisão para o processo ser pautado novamente, a Declaração da Prefeitura foi apresentada novamente, com validade. Então, a situação é essa, o empreendedor fazer os esclarecimentos. Meu nome é ELIAS JOSÉ ABRÃO NETO, sou Engenheiro responsável pela obra. Esse processo é um processo de prorrogação da LI. Nós estivemos aqui através deste Conselho, aprovado a Licença de Instalação em 2011 com o prazo de 02 (dois) anos, independente da Legislação que nos daria um prazo até de 06 (seis) anos para que a empresa pudesse terminar as suas obras. Mas nós tínhamos uma prévia definição de que as obras pudessem ser terminadas antes daquele prazo. Nós tivemos a oportunidade naquele mesmo período, de impetrar no sistema financeiro um projeto de financiamento por parte da obra, o qual foi feito com o Banco do Brasil, com financiamento pelo BNDES. A proposta era que nós fizemos 30% (trinta por cento) da obra com recurso próprio e 70% (setenta por cento) financiado pelo BNDES, via Banco do Brasil. Aprovada essa licença nós iniciamos as obras e até o final do ano nós tivemos a oportunidade de terminar e investir os 30% (trinta por cento) do empreendedor, ficou pronto, com a perspectiva de que o Banco também iria encaixar, nesse mesmo período, a liberação dos recursos. Infelizmente, por dificuldades que o Banco do





1128 Brasil tinha de analisar o projeto, não foi possível acontecer exatamente a liberação desses  
1129 recursos e isso se arrastou basicamente por mais de 02 (dois) anos e durante esse período, nós  
1130 vimos, já que a licença era de 02 (dois) anos, o vencimento dessa Licença. Antes disso, nós  
1131 fizemos uma propositura da renovação da Licença, dentro dos prazos normais, junto à  
1132 SUPRAM, a qual teve a oportunidade de analisando todo o projeto, emitir o parecer favorável  
1133 para que nós pudéssemos ter a Licença renovada. Durante esse período nós fizemos toda parte  
1134 de Meio Ambiente, Reflorestamento, Construção de Ensecadeiras, Proteção de Erosão, toda  
1135 aquela parte de infraestrutura básica foi terminada, que representou 30% (trinta por cento) do  
1136 investimento, inclusive a recuperação da própria Barragem. Durante esse período, no  
1137 finalzinho já de 2013 nós, tendo cumprido toda essa parte inicial e já que o empreendimento é  
1138 um empreendimento que não trouxe e não traz nenhum tipo de dificuldades para o Meio  
1139 Ambiente; tipo inundação, desapropriação, nada nesse tipo, desse nível de dificuldade, nós  
1140 estamos apenas mantendo a recuperação de uma unidade já existente há mais de 50  
1141 (cinquenta) anos, mantendo o mesmo número de barragem, então, considerado de baixo  
1142 impacto ambiental. Então, dentro desse procedimento, quando já tendo o processo em si de  
1143 deferimento por parte da SUPRAM, aqui nessa reunião, e naturalmente, nós tivemos a  
1144 informação, através de um dos Conselheiros, que gostaria de conhecer melhor a obra. Seria a  
1145 CERVIVO, que gostaria que fosse feito uma visita *in-loco*. Dentro desse procedimento e  
1146 consideração, fizemos essa visita em obra, a SUPRAM acompanhou todo procedimento de  
1147 visita, pudemos constatar que o processo estava perfeitamente de acordo com o projeto, todo  
1148 procedimento de construção, tudo aquilo estava efetivamente de acordo, mas mesmo assim,  
1149 eles tinham uma ponderação de uma dificuldade de um conhecimento mais aprofundado da  
1150 Engenharia e do projeto, para que pudessem ter uma informação mais clara de como uma obra  
1151 desse tipo pudesse ser desenvolvida. Isso foi muito bem esclarecido no momento da visita e  
1152 mais uma vez comprovado que as coisas estavam de acordo com aquilo que o projeto  
1153 solicitava e por isso tinha o deferimento da SUPRAM. Quando então viemos para reunião,  
1154 como foi colocado hoje aqui, agora mesmo, nós tivemos uma surpresa, que nós não tínhamos  
1155 conhecimento, de que a princípio o Município talvez não tinha mais interesse pela obra.  
1156 Ficamos surpresos, porque tudo aquilo foi um procedimento normal desde o começo, há mais  
1157 de 03 (três) anos e como foi colocado, foi suspensa a votação. Procuramos a Comunidade, as  
1158 Autoridades, Prefeito, Vereadores e a preocupação era assim, até no bom sentido de validade,  
1159 mais por falta de informação. A preocupação deles estava abandonada e que ninguém se  
1160 falava, se fazia nada e que eles queriam que terminasse a obra, eles não queriam que obra  
1161 ficasse parada, porque a obra geraria emprego, receita, renda, valorização do Município e uma  
1162 série de coisa e aí nós explicamos para as pessoas que tinham realmente um conhecimento  
1163 para acompanhar o processo, que não era nada daquilo, nós estávamos apenas aguardando a  
1164 liberação do financiamento para que a obra pudesse ser terminada. Aí foi também uma  
1165 surpresa para eles, porque durante esse período, nós já tínhamos investido 30% (trinta por  
1166 cento) do empreendimento e em Novembro deste ano o próprio BNDES já tinha aprovado o  
1167 recurso FINAME para compra dos equipamentos, que representa 50% (cinquenta por cento)  
1168 do valor da obra e que, inclusive hoje, já estão todos prontos para serem colocados na obra, o  
1169 que perfaz 80% (oitenta por cento) do investimento. Tudo já contratado, pago, faltando  
1170 apenas 20% (vinte por cento) do valor final e uma semana depois que nós havíamos realizado  
1171 essa reunião aqui nós conseguimos então o entendimento por parte da Autoridades do  
1172 Município; não, nós queremos é que terminem a obra. Então, nós conseguimos esse  
1173 consentimento, essa autorização para que nós pudéssemos esclarecer a vocês que realmente a  
1174 obra é importante; é uma obra de geração de energia, de infra-estrutura básica para o país,  
1175 para qualquer lugar do mundo e que já tinha, no bom sentido, grande parte dela não só  
1176 contratada, como já realizada. Inclusive, faltando agora, nós apenas terminarmos a obra e



1177 esclarecermos no sentido que tudo pronto era bom para todo mundo. Bom, desta feita,  
1178 trouxemos aqui e infelizmente por uma questão regimental, o processo foi arquivado. Então,  
1179 nós conseguimos por orientação da própria SUPRAM e pelos caminhos normais e legais, que  
1180 isso fosse entendido que na realidade agora, as coisas poderiam voltar ao sistema normal e  
1181 ser aprovada a continuação da LI, a renovação da LI para continuação da obra. E nós tivemos  
1182 então, a oportunidade e é importante que se fale, de esclarecimento também sobre a dúvida  
1183 que existia, em termo de esclarecimentos, naquela primeira visita, quando fomos à obra, sobre  
1184 o possível assoreamento que talvez pudesse estar trazendo ou que tinha trazido na época a  
1185 construção da ensecadeira, que foi inclusive uma dúvida colocada naquele momento, porque a  
1186 própria palavra para as pessoas que não tem muito conhecimento, entende-se que ensecadeira  
1187 seria nós ensacarmos um pouco de terra e tentarmos fazer um desvio na água, realmente isso é  
1188 verdade, somente em cursos de rio de pequeno montante. Quando é uma montante maior e  
1189 assim tem várias obras no Brasil e pelo mundo afora, necessita-se de equipamento mais  
1190 pesado e um sistema de construção na área da Engenharia Civil bem definido, ou seja, para  
1191 construção da ensecadeira é necessário até o nível da água pelo menos de material pesado,  
1192 material grosso, para que a água não leve. A partir daí, e nós fizemos assim, nós  
1193 complementamos com 01 (um) metro acima do nível da água de material leve, poderia se  
1194 levantar o quanto quisesse, mas é questão de custo e de necessidade. Então, não havia  
1195 necessidade, a obra para se terminar, digamos em 06 (seis) meses, no máximo em 02 (dois)  
1196 anos e com a paralisação dos recursos nós fomos impedidos de dar término na obra. Durante  
1197 esse período houve uma enchente maior, uma chuva maior e a água subiu até no nível, e parte  
1198 dessa parte mole; parte fina, de material fino, ela foi carregada no sentido de que é normal, ou  
1199 seja, são percalços que às vezes dentro de uma obra acontece. Nós, em função disso aí,  
1200 fizemos as ponderações que seriam necessárias e esclarecimentos que tinham informado que  
1201 tinham ido mais de 1.000 (mil) caminhões de terra sendo jogado no rio. Na realidade, a obra  
1202 toda representa hoje 480 (quatrocentos e oitenta) caminhões e aquela parte de cima não  
1203 representaria mais que 100 (cem) caminhões, está lá hoje, inclusive no projeto aprovado.  
1204 Então, fizemos algumas ponderações a mais em termos de esclarecimentos, para que não  
1205 gerasse dúvida, é que esse rio tem uma característica, mais ou menos natural de que em  
1206 função da Bacia e da região que é muito produtora de alimentos, se planta muito agricultura,  
1207 se cultiva muito, o rio no período das águas ele fica com as águas permanentemente turvas e  
1208 pelo cálculo que normalmente é feito, em função de Bacia, se fosse entender que o volume de  
1209 terra colocado na represa, ele não representaria em relação ao que se carrega normalmente  
1210 com as chuvas 0,7% (zero sete por cento) em 01 (um) ano de chuva em 06 (seis) meses, ou  
1211 seja, se toda represa fosse levada embora, digamos assim, fosse carregado, seria, digamos, uma  
1212 coisa extraordinária, na realidade não é. E todo ano isso acontece, infelizmente por causa da  
1213 região, ou seja, não houve de fato o impacto ambiental com aquele carregamento de terra que  
1214 pudesse atrapalhar ou trazer problemas para o Meio Ambiente. Esse assunto foi bem  
1215 esclarecido, está dentro do projeto, isso é mais que normal, está dentro do esquema de  
1216 Engenharia e para que nós pudéssemos terminar a obra, e é nossa vontade principalmente  
1217 agora, porque liberaram os recursos como um todo e faltando apenas 20% (vinte por cento)  
1218 para nós encerrarmos a obra, nós temos outra importantíssima, principalmente agora no  
1219 período seco, em Engenharia, se você não aproveita esse período para terminar obra desse  
1220 tipo você perde 01 (um) ano a mais. Então, estando tudo arrumado, tudo pronto, a gente  
1221 pretende, se aprovado, iniciarmos as obras imediatamente, verificar a possibilidade  
1222 acertarmos tudo até o final do ano e mais importante, já limpamos também aquilo que está  
1223 dentro do leito do rio, que são as ensecadeiras, ou seja, resolver de todo o problema que na  
1224 realidade às vezes pode ter sido encarado como uma dificuldade, mas na realidade é normal e  
1225 é questão realmente de projeto. Então, ficam nossas considerações, no sentido de que nós



1226 estamos solicitando a renovação da LI para terminarmos o empreendimento o mais rápido  
1227 possível. MARINA (PRESIDENTE): Obrigada. SUPRAM? CARLOS (SUPRAM): Só para  
1228 esclarecer, no primeiro Parecer de LI o empreendedor já tinha proposto a construção do  
1229 mecanismo de peixe, do tipo escada de peixe e a SUPRAM corroborou com isso para  
1230 execução do método de transposição e também o monitoramento constante dele para ver a  
1231 eficiência desse método de transposição. RAFAEL (SEDE): Demonstrar a minha preocupação  
1232 com relação a essa condicionante, eu sou funcionário da CEMIG e trabalho diretamente na  
1233 Gerência de Manejo da Ictiofauna e a gente tem inúmeros exemplos no país, que é a  
1234 construção de mecanismos de transposição de peixe, sem um estudo prévio, da real  
1235 necessidade e de qual a metodologia a ser adotada, ele traz mais impacto do que favorece a  
1236 conservação da ictiofauna. Então, de qualquer forma eu sugiro a mudança da Condicionante,  
1237 para realização de um Estudo de pelo menos 01 (um) ano e meio, 02 (dois) anos para se  
1238 identificar a necessidade desse mecanismo e qual vai ser o método aplicado, porque o  
1239 empreendimento está desde 1920 com uma barragem no rio, não vai ser 01 (um) ano e meio,  
1240 02 (dois) anos que vai trazer maior prejuízo do que já foi feito. BRUNO (SUPRAM): Só para  
1241 esclarecimento, a proposta da construção desse dispositivo de transposição de peixe foi  
1242 proposta pelo empreendedor e aprovado na licença de instalação. Então, essa questão da  
1243 construção já foi aprovada e uma proposta vinda do próprio empreendedor. Então, não é uma  
1244 Condicionante, já foi aprovada e deverá ser construída. CARLOS (SUPRAM): No caso de  
1245 mudança da Condicionante aí teria que o Conselho votar novamente, apresentar nova  
1246 proposta. RAFAEL (SEDE): Nesse caso então, eu voto então pela alteração da Condicionante.  
1247 MARINA (PRESIDENTE): Empreendedor. ELIAS JOSÉ ABRÃO NETO (PCH  
1248 DOURADOS): Eu gostaria de colocar que por parte do empreendedor eu não tenho nenhum  
1249 interesse de que nós possamos fazer alguma coisa que seria para infringir a Lei ou dificultar.  
1250 Por isso mesmo nós colocamos de uma forma tranquila e transparente a construção da escada  
1251 de peixe, porque nós sabemos que este é um dos assuntos que normalmente a gente tem que  
1252 preservar, a subida do peixe. Mas concordo integralmente com as suas colocações, no sentido  
1253 de que 50 (cinquenta) anos ali existente, sempre houve a subida de peixe normal, a represa  
1254 continua do mesmo jeito, ela teoricamente não vai ser mudada em nada, porque é a mesma,  
1255 não estamos ampliando a barragem, ela existe, mas pelos 02 (dois) levantamentos já feitos  
1256 anteriormente, foi-se levantado e apresentado aqui ao órgão que existe uma dificuldade sim,  
1257 de que os peixes vão subir por essa escada, então, ou seja, vai ser feito um gasto, nós estamos  
1258 dispostos a fazê-lo sem nenhum problema, mas talvez sem a ineficiência talvez daquilo que  
1259 fosse necessário. Nós já vínhamos colocando isso em momentos oportunos, mas estamos  
1260 inteiramente à disposição para que se for necessária a mudança, dentro desse prazo, não tem  
1261 nenhum problema, inclusive eu gostaria até de propor, que seria saudável, a colocação de  
1262 peixe com a Polícia todo ano, com o acompanhamento da Polícia Militar Florestal, para que  
1263 pudesse se constatar que todo ano está sendo feito tudo aquilo e reforçando exatamente a  
1264 coisa natural que está acontecendo todo ano, que acontece regularmente. CARLOS VALERA  
1265 (PGJ): Só para entendermos, então, excluiríamos a Condicionante da Edificação da Escada de  
1266 Peixe e transformaria num Programa de Auto Monitoramento para verificar a necessidade.  
1267 Agora, me causa a perplexidade que quando a empresa propôs eu presumi que ela já tinha  
1268 feito isso. ELIAS JOSÉ ABRÃO NETO (PCH DOURADOS): Já tínhamos feito sim, mas  
1269 acontece que a gente sabe que pelas questões normais de aprovação de projeto, presume-se  
1270 que isso é tranquilo a aprovação, mas mesmo assim nós estamos abertos para estudo.  
1271 CARLOS VALERA (PGJ): Entendi, agora a questão é técnica, eu gostaria de ouvir os  
1272 técnicos. Pelo que entendi, o senhor concordaria então com a Condicionante do Frei Rodrigo  
1273 no sentido de que o peixamento não pode ser indiscriminado. A empresa teria também que ser  
1274 condicionada a apresentar um programa de peixamento. ELIAS JOSÉ ABRÃO NETO (PCH





1275 DOURADOS): Exatamente, é isso mesmo. CARLOS VALERA (PGJ): Então, queria ouvir a  
1276 equipe técnica com revisão, retirada da escada de peixe e a colocação do estudo. CARLOS  
1277 (SUPRAM): Em relação à construção da escada de peixe ela não está Condicionada, ela foi  
1278 apresentada pelo empreendedor e a SUPRAM corroborou. Ok? O que está condicionado é  
1279 monitoramento constante do sistema de monitoramento de peixe, ou seja, ele vai ser  
1280 construído e vai ser monitorado, correto? Em relação à questão de qual seria realmente o  
1281 melhor método de transposição, isso só pode ser feito em cima de estudos. O estudo  
1282 apresentado pelo empreendedor, inclusive isso está até citado no Parecer, o estudo  
1283 ictiofaunístico realizado por especialista tecnicamente dispensa a adoção de qualquer forma  
1284 de transposição de peixe e a SUPRAM pondera que seria necessária a avaliação detalhada dos  
1285 trechos de montante e jusante. Como o empreendedor já havia apresentado a proposta de um  
1286 método de transposição, a SUPRAM diante do princípio da precaução, isso está citado  
1287 também no Parecer, corrobora com a proposta apresentada para implantação. Chama a  
1288 atenção a respeito de que o sistema de transposição depende de uma série de características de  
1289 cada espécie e coloca como monitoramento constante desse mecanismo de transposição.  
1290 Agora, se o Conselho definir que é mais prudente ele fazer um novo levantamento e propor  
1291 outro mecanismo ou manter o mesmo mecanismo aí fica por conta do próprio Conselho.  
1292 MARINA (PRESIDENTE): O Conselheiro mantém a proposta de Condicionante? **Áudio não**  
1293 **identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Uma vez que a gente já tem, caso seja aprovada  
1294 essa proposta de Condicionante, a gente tem também que alterar a redação da Condicionante  
1295 do Monitoramento; não alterar a redação, mas em relação ao prazo, porque aí vai ficar  
1296 suspensa, eu entendo, a construção da escada de peixes e aí a gente vai ter que colocar a  
1297 redação desse cumprimento dessa Condicionante à apresentação do plano e aprovação desse  
1298 plano pela SUPRAM. Ok? RAFAEL (SEDE): Na verdade, a redação da Condicionante seria:  
1299 *“Elaboração de um Estudo Técnico para verificação da necessidade de construção do*  
1300 *mecanismo de transposição de peixe e qual a metodologia a ser utilizada, se seria escada, se*  
1301 *seria peixamento; e se o peixamento seria à montante ou à jusante ou só em uma das 02*  
1302 *(duas) regiões, evitando desse jeito disseminar espécies invasoras que ocorrem de um lado do*  
1303 *rio para o outro e outros tipos de impactos que possam haver dessa metodologia”*. Entendeu?  
1304 MARINA (PRESIDENTE): E o prazo para entrega de um estudo desse? RAFAEL (SEDE):  
1305 Um estudo desse tem que levar pelo menos 02 (dois) períodos chuvosos e reprodutivos, pelo  
1306 menos 02 (dois) anos. Então, acabaria que na época da concessão da LO ele teria que ter um  
1307 estudo conclusivo para apresentação. MARINA (PRESIDENTE): SUPRAM. CARLOS  
1308 (SUPRAM): Só também, em relação ao programa de monitoramento da ictiofauna, o projeto  
1309 de mecanismo de transposição de peixe ele está para formalização da LO já. Ok? MARINA  
1310 (PRESIDENTE): Empreendedor para a gente finalizar. ELIAS JOSÉ ABRÃO NETO (PCH  
1311 DOURADOS): Só para dar um pequeno toque em relação a prazos, em função de todo um  
1312 procedimento já adotado até agora, em termos de obras, nós pretendemos acelerar ao máximo  
1313 para que a gente possa terminar inclusive antes das chuvas e principalmente que a fabricação  
1314 dos equipamentos já estão todos prontos. Então, possivelmente, nós fazer um esforço para  
1315 terminarmos em Dezembro essa obra. Como já está lá há 50 (cinquenta anos) assim, eu não  
1316 faço nenhuma questão de que seja, eu acho que está correto, são 02 (dois) anos que se precisa  
1317 para fazer esse estudo, de estar condicionado que a gente venha a realizar esse tipo de obra ou  
1318 de processo sem nenhuma dificuldade. A minha preocupação é só que nós não travemos  
1319 depois a LO em relação a esse assunto, porque depois pode trazer um conflito desnecessário.  
1320 Só isso. MARINA (PRESIDENTE): Então, em vez de colocar na formalização da LO, a gente  
1321 coloca 02 (dois) anos, é isso a preocupação? **Áudio não identificado.** MARINA  
1322 (PRESIDENTE): Entendi. Bom, então, primeiramente eu vou colocar em votação o pedido de  
1323 prorrogação de prazo e em seguida a gente coloca; caso aprovado, a gente coloca em votação



a sugestão de Condicionante. Bom, então, eu coloco em votação o Item 10.1, Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu vou manter aquilo que eu coloquei. Vou votar contra pela prorrogação, em benefício daquele parecer, daquele relatório que a gente fez, a preocupação de jogar mais terra; essa terra estar indo embora e então a gente tem essa preocupação de estar contribuindo para um dano ambiental. Seja acidente ou não, houve ele. Isso foi desgastante para o Comitê de Bacia, na época; e eu gostaria até de alertar que o Comitê de Bacia numa reunião dessa semana, foi muito polêmica com relação a isso, que não teve conhecimento e essa questão dessas PCH's está sendo muito recorrente aqui, não é? Então, a gente tem que tomar um cuidado com relação a isso. Nós estamos aí no Rio Jordão entrando um monte de PCH's, isso a gente tem que tomar muito cuidado em relação a isso. Então, meu voto é contrário nesse sentido. FREI RODRIGO (AMEDI): Acompanho o parecer da CERVIVO. MOISÉS (FETAEMG): Também acompanho o parecer da CERVIVO. MARINA (PRESIDENTE): Então, com 03 (três) votos contrários, fica aprovada a prorrogação de prazo do item 10.1. Então, eu vou colocar em votação aqui a inclusão da Condicionante, conforme já lida pelo Conselheiro representante da SEDE. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Então aprovada a inclusão da Condicionante do Item 10.1. Chegamos ao encerramento. Eu queria passar a palavra antes de terminarmos rapidinho para a Kamila. KAMILA (SUPRAM TRIÂNGULO): Pessoal, eu estou aqui para falar para vocês que nós estamos perdendo mais uma analista, a Rosane; ela recentemente foi nomeada para assumir o cargo de Analista Ambiental do Ministério Público, feliz do Ministério Público. Rosane, em nome de toda equipe a gente deseja muito boa sorte e agradecer o período que você esteve conosco. ROSANE: Eu quero agradecer a homenagem e falar que para mim, esse tempo que eu estive aqui, foi um aprendizado muito grande e que eu vou deixando um pedacinho do meu coração aqui. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Nós lamentamos, mas vai ficar em boas mãos também. E quero cobrar do Estado que nós estamos deficientes e muito no sistema. Eu quero concordar com o pessoal que fez a manifestação, os funcionários; que aumente os profissionais, os processos não andam por falta de funcionário e que seja levado isso ao doutor Alceu para que essa situação não possa continuar dessa forma. Perde o funcionário e não repõe e sempre os menores que vão ficar no prejuízo, os grandes empreendimentos vão passar mais tranquilo e os menores vão ficar refém da falta de funcionário. Obrigado. **11. Encerramento:** MARINA (PRESIDENTE): Bom, então eu queria agradecer a presença de todos. Boa tarde e até mês que vem. Nada mais havendo a tratar, após a Presidente agradecer a presença de todos encerrou-se a reunião e eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por ela assinada. Uberlândia, 13 de junho de 2014.

---

MARINA SARDINHA MACHADO – (presidente suplente)